

# POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



## Governo deve mostrar abertura após os “sinais de Alberto João”

(Leia em “Actividades do Presidente”, pg. 2 e seguintes)

### Destaques:

**Campanha de Fernando Negrão em Lisboa**

(No interior)

**Actividades do PSD – Conselho Nacional**

(No interior)

**Posse do novo Governo Regional da Madeira**

(ler em “Notícias da Madeira”)

## Marques Mendes afirmou que o Governo deve mostrar abertura para o diálogo após os “sinais de Alberto João”



Luis Marques Mendes afirmou que Jardim “já deu um sinal de abertura para o diálogo e a cooperação” e quer “a palavra cabe agora ao Governo da República” e que tal atitude é muito importante para a unidade nacional.

“A autonomia é um factor de aproximação, não pode ser de discórdia”, disse, acrescentando que Madeira e Continente não podem estar “de costas voltadas”.

O líder dos sociais-democratas, que se deslocou à Madeira para assistir à posse do X Governo Regional, mostrou-se agradado com os sinais dados por Alberto João Jardim, de apaziguamento e disponibilidade para a cooperação.

Agora, considera que é a vez de Lisboa demonstrar essa vontade, a bem de todos e de Portugal.

“A autonomia é importante, a Madeira é Portugal e temos de entrar em novo ciclo, e esperamos que o Governo da República dê, no futuro,

um sinal diferente dos que tem dado no passado” acrescentando que “a autonomia é um factor de aproximação e não pode ser de discórdia, pelo que terá de ter um significado de cooperação com vista ao futuro, sobretudo nos tempos que correm”.

Por isso, frisou, é necessário deixar-nos de “teimosias e de lutas partidárias, “porque o interesse nacional reclama e exige que haja cooperação entre os governos da República e Regional”

Aliás, o líder nacional do PSD adiantou que vai continuar a fazer tudo para que o contencioso seja eliminado e que esta tarefa “cabe a todos, incluindo ao Senhor Presidente da República”, disse.

Por outro lado, a uma pergunta dos jornalistas presentes, sobre o facto do Primeiro-ministro se ter feito representar na cerimónia de posse apenas pelo Secretário de Estado-adjunto da presidência, Marques

Mendes preferiu não fazer grandes comentários, mas que ele próprio entendeu que o seu Partido deveria estar representado ao seu mais alto nível, e por isso ele mesmo marcou presença. “Relativamente ao Governo, é o próprio que se tem de pronunciar”, afirmou.

Antes, na sua chegada ao aeroporto do Funchal, e abordado sobre a sua eventual presença na festa de Chão de Lagoa, disse que já tinha trocado impressões com Jardim e que ambos irão “assentar sobre o assunto” e que, a esse respeito, “teria muito gosto em vir”. – Fonte: RCaldeira, in “JM”, fotos Gab. Imp. GR Madeira

**“PSD tudo fará para o sucesso da presidência da União Europeia”**

O presidente do nosso partido afirmou no dia 20 que os sociais-democratas “tudo fará” para que

Portugal faça a partir de Julho uma boa terceira presidência da União Europeia e considerou “fundamental” um acordo em torno do tratado europeu.

As declarações de Marques Mendes foram proferidas no final de uma audiência com o primeiro-ministro, José Sócrates, sobre a Conselho Europeu de quinta e sexta-feira, que encerra a presidência alemã da União Europeia.

No final da audiência, o líder social-democrata considerou importante que a presidência portuguesa da União Europeia, a partir de Julho, “seja um sucesso, porque é importante para o prestígio do país na Europa e no mundo”.

“As duas anteriores presidências portuguesas correram bem. O PSD tudo fará para que esta presidência portuguesa também corra bem”, sublinhou Marques Mendes.

Sobre a cimeira de chefes de Estado e de Governo de quinta e



sexta-feira, o presidente do PSD considerou “importante” que a Europa “ultrapasse o impasse” em torno do Tratado da União Europeia.

“Resolver o tratado é vencer a crise. Há sinais positivos de que isso poderá acontecer, mas prolongar o actual impasse será duplamente negativo para a Europa”, sustentou.

Segundo Marques Mendes, “será importante um acordo em relação ao tratado, ainda que não se chegue à solução perfeita. O óptimo é inimigo do bom”.

Para o presidente do PSD, um acordo em torno do tratado “é neste momento indispensável para relançar a competitividade europeia, para estimular a criação de riqueza e para combater o desemprego”.

“Esperamos que o próximo Conselho Europeu se traduza num mandato claro para que a futura conferência intergovernamental, já na presidência portuguesa, possa concluir a questão do tratado”, declarou.

Interrogado sobre um eventual referendo em Portugal em relação ao futuro Tratado a União Europeia, Marques Mendes frisou que a sua posição “é a mesma”.

“Primeiro é preciso que haja um tratado e que depois cada país decida qual a melhor forma de o ratificar. A bem da credibilidade política, entendo que é bom que seja o povo a pronunciar-se”, sublinhou.

No que respeita a outros temas que estarão em evidência durante a presidência portuguesa da União Europeia, Marques Mendes referiu que, “de tudo o que é conhecido, nenhum suscita objecções ao PSD”.

## Marques Mendes exige referendo

No dia 23, porém, já depois de

acordada a assinatura do Tratado, saudou novamente o acordo alcançado para a aprovação de um novo tratado europeu durante a presidência portuguesa da União Europeia (UE), mas reclamou um referendo interno para aproximar a política dos cidadãos.

Falando à margem de um encontro do PSD em Tomar, Marques Mendes considerou que “agora se segue a redacção do tratado e depois a fase de ratificação” que deve estar condicionada a um referendo à população.

“A melhor forma é permitir que um grande debate se faça e as pessoas participem na aprovação deste tratado. Se não for assim violam-se compromissos eleitorais e afasta-se

ainda mais a cidadania das instituições europeias”, afirmou o líder social-democrata.

Os líderes europeus alcançaram hoje de madrugada em Bruxelas um acordo sobre um novo tratado da UE, cuja redacção e aprovação caberá à presidência portuguesa conduzir no segundo semestre do ano.

“Queremos uma Europa dos cidadãos” até porque “hoje há um divórcio grande entre as pessoas e a União Europeia”, afirmou, considerando que a realização da consulta popular é uma responsabilidade dos políticos.

E prosseguiu: “Se as pessoas não querem a Europa é porque os políticos estão desfasados das pessoas. Se os políticos decidem todos os dias nas

costas das pessoas correm o risco de num dia destes as pessoas estarem definitivamente divorciadas da Europa”.

Sobre o consenso obtido em Bruxelas, Marques Mendes afirmou que “o acordo pode não ser o ideal, mas talvez seja o suficiente para ultrapassar o impasse e vencer a crise”.

Agora interessa que “a Europa abandone as questões institucionais e que as resolva”, virando-se depois para “a criação de riqueza e para ser um espaço competitivo”.

Em Tomar, várias centenas de militantes do PSD esteve reunida em mais uma iniciativa da Comissão Nacional de Revisão do Programa do PSD no âmbito das propostas para um “Futuro Sustentável para os Portugueses”.

A sessão esteve subordinada ao tema “Viver nas Cidades (Urbanismo, Transportes, Desporto, Lazer)” e contou com intervenções de Miguel Relvas e Ferreira do Amaral.

Para Marques Mendes, esta revisão do programa é essencial para actualizar as propostas do partido para o país.

O “programa de um partido é o seu bilhete de identidade” e, tal como esse documento de identificação, também o “programa se renova e se actualiza permanentemente”, defendeu.

O objectivo final é “criar a social-democracia do século XXI com soluções reformistas que vão de encontro às preocupações novas dos cidadãos”.

Questões como a globalização, o terrorismo ou a “competitividade à escala global” são algumas das matérias com que o partido tem de saber lidar, concluiu Marques Mendes.

- PL c/ Lusa



# O PSD, a Europa e a próxima Presidência portuguesa

A Comissão Política Nacional, reunida em Lisboa, adoptou uma resolução sobre a Europa e a Presidência Portuguesa da União Europeia, do seguinte teor:

## I – Grandes Desafios da União Europeia

1. São três as questões de dimensão estratégica que a UE hoje enfrenta: a questão institucional, a questão da competitividade da economia europeia no contexto da globalização e a questão das relações externas e da segurança do continente europeu. É da capacidade de responder a estas questões que resultará o futuro da UE no século XXI.

É a própria sobrevivência do projecto de construção europeia que está em causa. É por isso que o debate sobre a Europa é crucial. Um debate político, ou seja, um debate sobre as opções de alcance político que se colocam aos Estados e aos cidadãos. O projecto de integração europeia para se aprofundar, para ganhar consistência e densidade, tem de ultrapassar o elitismo que o tem caracterizado. Tem de ser um projecto que mobilize os cidadãos e que tenha uma agenda compatível com as aspirações dos europeus. Já não se pode tratar de um projecto apenas baseado na vontade dos Estados. As vicissitudes do Tratado Constitucional bem o provaram.

### a) Questão Institucional

O fracasso do Tratado Constitucional abriu uma crise no processo da construção europeia. Por isso mesmo, mais do que dispor imediatamente de uma solução institucional, a União Europeia precisa de ultrapassar a crise. Não ultrapassar este impasse, que já leva 2 anos, é dizer ao mundo e aos próprios europeus que a Europa não tem vontade, nem força, nem engenho para resolver os seus próprios desafios internos.

É dar um importante sinal de fraqueza, que retira à Europa credibilidade para se pronunciar, para intervir, ou para negociar no plano mundial.

É certo que a reforma institucional é instrumental. Deve estar ao serviço de objectivos estratégicos de médio e longo prazo do projecto europeu.

Mas não é menos verdade que ela



se tornou num factor de crise, assumindo, assim, uma dimensão política essencial.

### Resolvê-la é resolver uma crise; não resolver é prolongar o impasse.

Contudo, a urgência de encontrar uma solução institucional não pode servir de pretexto para desvirtuar o que de essencial foi alcançado nas negociações para o Tratado Constitucional. Isto é, a solução que vier a ser decidida tem de estar ao serviço do desenvolvimento do projecto europeu e não pode consagrar um diferente equilíbrio de poderes do que ficou consagrado no Tratado Constitucional. Numa palavra, o Tratado Constitucional estava longe de ser perfeito, mas era um compromisso global aceitável da qual a nova solução não deve afastar-se no que é essencial.

### b) A Economia Europeia no Mercado Global

A economia europeia enfrenta o desafio global. E nos últimos anos dá mostras de um novo fôlego.

Com taxas de crescimento expressivas, em parte fundadas nos desempenhos de alguns Estados-membros como a Alemanha, a Espanha e os países do centro e leste Europeu. Infelizmente não é o caso de Portugal que ainda não conseguiu recuperar ritmos significativos de crescimento e continua a divergir da Europa.

Mas a economia europeia ainda não está plenamente preparada para garantir competitividade sustentada no confronto internacional e para tirar partido da pujança da economia

global.

Precisa desde logo de levar até ao fim o mercado único, nomeadamente na área da energia e dos serviços financeiros. A competitividade europeia muito beneficiará de um bom funcionamento do mercado europeu nesses dois sectores. Mas precisa também de reenforçar o mercado interno na flexibilidade.

Com o mercado interno de 1992 a UE atingiu a escala de que carecia. Agora é tempo de introduzir a flexibilidade de modo a agilizar a economia europeia face à concorrência global.

Em particular, as PME precisam dessa flexibilidade, pois sobre elas pesam encargos administrativos, barreiras burocráticas e excessos regulatórios que as inferiorizam no confronto competitivo. A Europa precisa de uma renovada política para as PME que têm sido o parente pobre da integração europeia.

É neste quadro que é bem-vindo o debate sobre como construir um novo equilíbrio entre protecção social e flexibilidade dos mercados. Está fora de causa o desmantelamento do que é essencial no padrão europeu de protecção social, mas é preciso ajustá-lo à realidade competitiva dos nossos dias. Nem protecção social economicamente destruidora. Nem progresso económico à custa da destruição social. Um novo equilíbrio, socialmente justo, mas sustentadamente competitivo é inadiável.

### A UE precisa também de uma renovada Estratégia de Lisboa

A UE precisa também de uma renovada Estratégia de Lisboa. Não se pode iludir a situação: os resultados da Estratégia de Lisboa são decepcionantes, em geral na Europa e, em particular, em Portugal. Houve demasiada retórica e pouca acção. Houve muita exibição e pouco sentido de parceria. A inovação e a economia do conhecimento continuam a ser vias incontornáveis para a competitividade europeia. Mas o método da Estratégia de Lisboa tem de ser revisto de modo a torná-lo mais eficaz, mais transparente, mais partilhado.

### A área do ambiente merece também prioridade.

É muito positivo que a UE esteja a assumir um papel líderante no que diz respeito à agenda global do ambiente. As propostas da Comissão que estão sobre a mesa do Conselho são politicamente oportunas. Mas há dois aspectos fundamentais que têm de ser garantidos: por um lado, garantir a coerência e a solidariedade na implementação das medidas por parte dos 27 Estados; por outro lado, mobilizar os outros grandes parceiros, como os EUA e os BRIC, para a mesma orientação. Se assim não acontecer a UE pagará uma pesada factura ambiental e poderão ocorrer graves distorções concorrenciais.

Uma política de imigração comum é também urgente. Por razões políticas e de segurança, por razões económicas e por razões sociais. Os fenómenos migratórios são causa de preocupação pela insegurança que geram, mas deve reconhecer-se que o papel dos imigrantes é fundamental para garantir crescimento económico e competitividade. Não é um tema que possa ou deva ser abordado apenas numa lógica nacional. É um tema com dimensão europeia.

E não deve ser abordado apenas numa perspectiva securitária. A questão da segurança é muito importante, mas não esgota o tema. As questões do acesso, da circulação e da integração são também decisivas, em particular para uma Europa fundada nos valores do humanismo e da solidariedade.

### c) As Relações Externas e a Segurança

A Europa não pode fechar-se sobre si própria. Essa seria a via para perder o desafio global. A UE deve, ao



contrário, abrir-se ao mundo e dotar-se de uma política externa comum firme, consistente, coerente.

Também nos domínios da segurança e da defesa a UE enfrenta desafios permanentes. A ideia de ambicionar uma UE como uma potência concorrente dos EUA não é razoável, se é que é realizável. E é perigosa. O euro-atlantismo é, nesta era global que é a nossa, um precioso valor geoestratégico que tem de ser preservado e valorizado.

Mas a ideia de sinal oposto de uma Europa mal preparada para garantir por si própria a sua segurança e defesa, sempre dependente da protecção norte-americana, é contraditória e, de um ponto de vista estratégico, também perigosa. A UE tem dado passos muito positivos no caminho de reforçar não só os seus meios e capacidades de segurança e defesa, como também a coerência e a eficácia da acção conjunta. É esse o caminho certo que tem já expressão concreta na Força de Intervenção rápida e na gestão de situações de crise.

O próprio projecto de integração económica traduzido na UEM exige uma Europa capaz e eficaz para garantir a sua segurança e defesa.

O alargamento da UE é também um factor de segurança do continente europeu. Respeitando os critérios de Copenhague, escrutinando seriamente os candidatos, procedendo às reformas indispensáveis, incluindo a reforma institucional, o alargamento da UE é um desafio incontornável. A União Europeia tem de evitar os tabus e continuar a aceitar que o projecto de integração europeia tem uma natural dinâmica de aprofundamento e de alargamento que não deve ser

condicionada a priori.

## 2. A Orientação Portuguesa sobre o Tratado

Tem havido até hoje, ao longo de sucessivos governos, uma grande convergência e coerência quanto à orientação europeia. É desejável que assim possa continuar, porque confere força negocial a Portugal e reforça a mobilização nacional em torno do projecto da construção europeia.

### É neste quadro que se insere a questão do Tratado.

Advogando, naturalmente, uma solução de compromisso entre os 27 que permita ultrapassar o actual impasse, há, todavia, algumas orientações que são fundamentais para Portugal:

- A consagração do princípio da igualdade entre os Estados, o que significa a recusa do directório;
- A defesa do princípio da solidariedade e da coesão económica e social;
- A defesa da independência e dos poderes da Comissão Europeia, designadamente o seu direito exclusivo de iniciativa nas competências comunitárias;
- O reforço do papel dos Parlamentos Nacionais;
- A opção pelo método comunitário como contraponto ao método intergovernamental, na linha dos princípios fundadores do projecto europeu;
- A consagração do princípio de que as cooperações reforçadas só são admissíveis se forem criteriosamente abertas a todos os que queiram e possam participar e se funcionarem

de forma transparente;

- A defesa do equilíbrio relativo entre os Estados em termos de ponderação de votos, que foi adquirido na negociação do Tratado Constitucional;

- A defesa do princípio da subsidiariedade, fundamental para clarificar racionalmente a partilha de competências entre os Estados-Membros e a União Europeia e evitar excessos de intervenção das instituições comunitárias;

- A defesa dos princípios da ultra periferia, instrumento essencial da solidariedade comunitária;

- A introdução da Carta dos Direitos Fundamentais, enquanto instrumento de afirmação de princípios e valores essenciais da Europa do presente e do futuro.

## 3. A Presidência Portuguesa

A terceira presidência portuguesa tem como precedentes os sucessos das duas anteriores, em 1992 e em 2000.

Contribuir para os bons resultados da próxima presidência é um imperativo nacional, porque do interesse nacional se trata. O que se pretende é que Portugal corresponda às expectativas da Europa, reforce a sua ancoragem ao projecto europeu e aumente o seu prestígio no mundo.

O exercício da presidência deverá ser escrutinado de uma forma construtiva e atenta

Cabe ao Governo liderar a presidência. Terá todo o apoio nessa missão, mas não um apoio acrítico. O exercício da presidência deverá ser escrutinado de uma forma construtiva e atenta.

Não se espera que o Governo se comprometa com resultados em termos de decisões do Conselho. Mas deve exigir-se que a presidência seja conduzida com competência e com seriedade. Tal como de deve exigir que seja exercida com prudência e realismo de modo a evitar expor o País a riscos de insucesso descredibilizantes no plano externo.

É o caso da reforma institucional. A presidência só deve embarcar na convocação de uma CIG se, na próxima cimeira, for alcançado um compromisso político suficientemente consistente e inequívoco que permita antecipar, com razoável probabilidade, um acordo entre os vinte sete. De outro modo a presidência portuguesa poderia estar a assumir um risco inaceitável.

A presidência portuguesa não deverá descuidar o conjunto de dossiers que lhe cabe conduzir no Conselho da UE, muito para além da reforma institucional. É o caso dos pacotes energético e ambiental. É a revisão do mercado interno e o relançamento da estratégia de Lisboa. Áreas decisivas para a competitividade e para as PME.

Também o dossier da imigração deve estar sobre a mesa. Reclama-se uma estratégia que harmonize a acção e reforce a cooperação face à imigração ilegal, discipline os fluxos de imigração legal e favoreça a integração.

Outro dossier muito importante para Portugal: a política do mar. É exigível que a presidência portuguesa lhe dê prioridade, promovendo o seu avanço sob os pontos de vista da segurança, da economia e do ambiente.

A presidência portuguesa deve também ser usada para reforçar os laços da UE com o resto do mundo. Com a agenda de que dispõe a presidência têm a obrigação de deixar uma marca portuguesa nas relações externas da UE.

A Cimeira UE-África é uma boa prioridade, mas a sua preparação deve ser conduzida de uma forma diplomaticamente hábil para evitar que caia num impasse ou que o seu conteúdo seja meramente retórico.

Relevantes também são as cimeiras com os países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e com a Ucrânia. São oportunidade para reforçar os nossos próprios laços com esses países, emprestando ainda um cunho português às relações externas da União.

Numa palavra: o que se espera é uma Presidência digna, eficaz e com resultados. Uma Presidência que



contribua para aprofundar o projecto europeu e reforçar o prestígio internacional de Portugal.

#### 4. Referendo

Resolvido que seja o impasse sobre o Tratado, cada Estado Membro da UE deve ficar com a liberdade de decidir o respectivo modo de ratificação.

No caso de Portugal é desejável que a sua ratificação seja feita precedida de uma consulta popular directa, tal como foi aprovado nos dois últimos Congressos do Partido.

Em abono desta orientação militam duas fortes razões: uma razão de carácter estratégico e um imperativo de natureza ético-política.

Para ter a anuência de Portugal o novo Tratado terá que introduzir mudanças importantes, desde logo ao nível institucional. Assim sendo, considera-se essencial que os Portugueses se pronunciem directamente. É o ensejo para um debate nacional sobre a Europa, o que contribui para fomentar a participação dos cidadãos no projecto europeu. É a oportunidade de os Portugueses legitimarem a opção



europeia de Portugal, nesta fase capital e de mudança da construção europeia.

Mas para além desta razão estratégica, há ainda imperativos de natureza ético-política a considerar. Este referendo foi prometido por todos os Partidos nas últimas e penúltimas eleições legislativas. Ele chegou já a ter data marcada e levou mesmo a que a Assembleia da República, com os votos do PSD, tivesse feito uma revisão constitucional extraordinária, em 2005. Importa, por isso mesmo, ser fiel aos compromissos assumidos e não defraudar as expectativas firmadas junto dos cidadãos.

Neste quadro, não fazer o referendo seria uma opção estratégica errada e uma violação de promessas eleitorais. E seria visto como um sinal de medo e de afastamento dos cidadãos em relação ao projecto europeu.

Ora, a União Europeia requer ambição e não medo. Em particular a União Europeia que desejamos. Uma União de Estados e uma União de cidadãos. - **A Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata**, fotos Luís Saraiva

## Novos Vice-presidentes do Partido e vogais da Comissão Política eleitos em Conselho Nacional

O vice-presidente do PSD Azevedo Soares referiu-se à necessidade de um acordo sobre o novo Tratado da União Europeia, reiterando, contudo, a exigência do partido para que o documento seja referendado. «Esperamos que seja possível um consenso. Caso contrário, estaremos perante um cenário de crise», afirmou Azevedo Soares, no final do Conselho Nacional do PSD, que terminou de madrugada de sábado, em Lisboa.

De acordo com Azevedo Soares, a reunião de chefes de Estado e de Governo dos 27 foi um dos temas em destaque no Conselho Nacional PSD.

O acordo dos 27, sublinhou Azevedo Soares, «seria duplamente importante», já que daria a possibilidade da presidência portuguesa poder redigir o novo tratado, «já com a razoável garantia de que haveria acordo» relativamente ao mesmo.

Ainda a propósito do novo tratado da UE, os conselheiros nacionais aprovaram por unanimidade uma moção apresentada pela direcção do partido onde é declarada a exigência quanto à realização de um referendo para ratificar o documento que venha a ser

acordado pelos 27.

Questionado sobre se o PSD defende a realização da consulta popular mesmo se o novo tratado representar «um documento mínimo», Azevedo Soares insistiu na necessidade do referendo, considerando que «ninguém iria compreender» se esse não fosse o caminho seguido.

No Conselho Nacional foram eleitos dois novos vice-presidentes do PSD: o professor catedrático Calvão da Silva e o presidente da Câmara Municipal de Tavira, Macário Correia. Além disso, os conselheiros nacionais elegeram para vogais da comissão política o presidente da Câmara da Trofa, Bernardino Vasconcelos e o ex-vereador da Cultura do município de Lisboa, José Amaral Lopes.

Os novos membros foram eleitos com 48 votos favoráveis, 24 brancos e 15 nulos. - **Fonte: Gab. Imp. PSD, fotos Luís Saraiva**

Insólito: Ministro da Saúde adia publicação de relatório, mas PSD toma conhecimento do conteúdo, no «site» de uma empresa de Televisão

O PSD considerou «insólito» ter tido acesso ao relatório sobre a

Sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde através do site de uma televisão, dias depois do ministro da Saúde ter remetido a sua publicação para mais tarde.

Numa carta enviada à presidente da comissão parlamentar de Saúde, o grupo parlamentar social-democrata refere que, desde terça-feira, no site da TVI é possível ter acesso «ao conteúdo integral» do relatório sobre a Sustentabilidade Financeira do Serviço Nacional de Saúde.

Lembrando que o PSD «há longo tempo» vem solicitando que o executivo envie à Assembleia da República o relatório que «já tem na sua posse há cerca de quatro meses», os sociais-democratas classificam como «grave» e «insólito» o facto de terem tido agora acesso ao documento através do site da TVI.

«Daqui decorre que, ou o senhor ministro da Saúde entende que a forma apropriada para a divulgação deste importantíssimo documento é o site de uma televisão, preterindo o Parlamento e, desse modo, violando gravemente os seus deveres perante a Assembleia da República, ou, pelo contrário, o senhor ministro mantém a sua política de segredo e, nesse caso, foi a referida televisão que cumpriu o dever patriótico de levar ao conhecimento dos portugueses o seu conteúdo», refere o PSD na missiva.

Junto com a carta, assinada pelo deputado do PSD Carlos Miranda, o grupo parlamentar do PSD enviou também à presidente da comissão parlamentar de Saúde, a deputada socialista Maria de Belém Roseira, cópia do documento que está disponível no site da TVI de forma a que o relatório possa «dar finalmente entrada formal na Assembleia da República».

Na missiva, o PSD recorda ainda que no mês de Maio requereu formalmente que o relatório fosse enviado ao Parlamento, «tendo o PS vetado liminarmente esse pedido na comissão de Saúde».

«Na interpelação ao Governo, que teve lugar no passado dia 14 de Junho, o PSD voltou a fazer esse mesmo pedido, desta vez directamente aos senhores primeiro-ministro e ministro da Saúde, tendo este último afirmado que o relatório seria divulgado oportunamente», lê-se ainda na carta.

Nesse debate, o ministro da Saúde, Correia de Campos, admitiu que a versão preliminar do estudo já foi lhe entregue, assim como ao ministro das Finanças, e que os resultados serão divulgados oportunamente e alvo de um debate público. - **Fonte: Lusa**

## Existem “excelentes condições” para um acordo para a revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias

O líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, disse existirem “excelentes condições” para um acordo com os socialistas para a revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias, apesar do ‘dossier’ ainda não estar fechado.

Em declarações à Lusa, Marques Guedes confirmou existirem contactos com o grupo parlamentar do PS para um entendimento quanto à revisão da Lei Eleitoral das Autarquias, mas escusou-se a adiantar pormenores quanto ao conteúdo do acordo que está a ser tentado.

“O dossier ainda não está fechado”, afirmou, admitindo, contudo, que existem “excelentes condições” para um acordo.

Marques Guedes adiantou ainda que o grupo parlamentar do PSD quer fechar este dossier até ao final da actual sessão legislativa, de forma a permitir a discussão e votação da nova proposta até ao final do ano.

O Jornal de Notícias revelou na edição de dia 20e que PS e PSD alcançaram há duas semanas um “acordo de princípio”, com os socialistas a admitirem “deixar cair a bandeira dos executivos monocolores, em nome de um consenso o mais alargado possível com as outras forças políticas, que sempre se opuseram a uma vereação homogénea”.

“A maioria estará disposta a aceitar, assim, a proposta, apresentada em conjunto pelo PSD e pelo CDS/PP, em Outubro de 2003, que prevê a permanência da oposição nos executivos”, revela o JN.

Na proposta do PSD, prevê-se que em vez de duas eleições, para a Câmara e a Assembleia Municipal, passe a haver só eleições para a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia.

Ou seja, o presidente de Câmara e o presidente da Junta serão os primeiros candidatos das listas mais votadas.

Ainda de acordo com a proposta social-democrata, o presidente eleito passará a ter total liberdade para escolher os seus vereadores ou vogais de entre os membros eleitos para a Assembleia.

Além disso, a lista que ganhar as eleições terá automaticamente a maioria dos mandatos no executivo camarário, sendo que os restantes mandatos se distribuirão proporcionalmente pelas outras forças políticas.

Este último ponto, é a principal divergência entre a proposta do PS e do PSD para a revisão da lei Eleitoral para as Autarquias Locais, já que os socialistas defendem a existência de executivos camarários homogéneos, ou seja, constituídos apenas por vereadores da força política mais votada.

A revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias, que implica o voto de dois terços dos deputados, já tinha sido objecto de negociação entre o PS e o PSD antes das eleições autárquicas de 2005, mas acabaria por nunca se aprovada.

### ...mas pessimistas sobre a revisão da Lei eleitoral da AR

O PSD entregou no Parlamento o seu projecto de lei para a revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, apesar de já ter “perdido a esperança” de alcançar um acordo com os socialistas. “Entregamos o nosso projecto, porque já perdi a esperança de um acordo”, disse à Lusa o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes.

A redução do número de deputados, dos actuais 230 para 181, e a criação de círculos uninominais são duas das principais alterações preconizadas pelo PSD no projecto de lei que hoje dará entrada na Assembleia da República.

Contudo, a reforma poderá não vir a sair do papel, já que para a aprovação



do diploma é necessário o acordo entre PSD e PS, pois, de acordo com a Constituição, as leis eleitorais têm de ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções.

“Já perdi a esperança”, insistiu o líder da bancada social-democrata, reiterando que o PSD estava disponível para “no limite” aceitar o modelo socialista para os círculos uninominais, desde que existisse disponibilidade para a redução do número de deputados.

No projecto de lei que hoje dará entrada na Assembleia da República, o PSD preconiza a redução do número de deputados, de 230 para 181, “tendo em vista a maior operacionalidade e eficácia do trabalho parlamentar”.

Quanto à introdução de círculos uninominais, os sociais-democratas defendem a instituição de um “sistema de voto duplo”: um no círculo nacional, para a escolha da força política à qual se quer entregar o Governo do país, outro no círculo da área residencial, para a escolha do deputado que melhor represente “os desejos, interesses e inquietudes locais”.

No modelo proposto pelo PSD, nas regiões autónomas e fora do território nacional os círculos mantêm-se plurinominais, por razões relativas à própria dimensão dos círculos.

Na exposição de motivo do projecto de lei do PSD é referido que “a finalidade essencial” do diploma “é a aproximação entre eleitos e eleitores, com o correspondente esforço da directa responsabilização dos deputados”.

No seu projecto, o PSD remete para um diploma autónomo a delimitação dos círculos uninominais e adia para as legislativas de 2013 a sua aplicação.

“A delimitação geográfica dos círculos uninominais, com indicação das respectivas sedes, é objecto de lei autónoma”, lê-se no número 5 do artigo 4º do diploma que dará hoje entrada na Assembleia da República.

No artigo 7º fica, contudo, estabelecido que “a distribuição dos círculos uninominais é feita proporcionalmente ao número de eleitores recenseados no território nacional, não podendo a variação entre círculos exceder em mais de um terço o respectivo número médio de eleitores por círculo”.

“A delimitação territorial dos círculos uninominais tem de respeitar a integridade territorial dos municípios abrangidos, não podendo agregar parcialmente freguesias de diferentes concelhos”, é ainda referido no mesmo artigo.

O território de um mesmo município pode, contudo, “ser dividido em mais de um círculo uninominal”.

No último artigo do diploma, a que a Lusa teve acesso, as alterações à delimitação territorial de círculos uninominais ficam, no entanto, adiadas para as legislativas de 2013.

“As alterações à delimitação territorial de círculos uninominais só produzem efeitos na segunda eleição posterior à respectiva aprovação em lei”, é referido no artigo 12º.

No diploma, preconiza-se a divisão do sistema eleitoral em “círculos locais e um círculo nacional”, passando cada eleitor a dispor de um voto no círculo da sua área territorial de recenseamento e de um voto no círculo nacional, a exercer em boletins de voto separados.

Segundo o artigo 4º da proposta social-democrata, os eleitores recenseados no território nacional distribuem-se por círculos uninominais, de apuramento maioritário, enquanto os eleitores das regiões autónomas dos Açores e Madeira distribuem-se por dois círculos plurinominais, de apuramento proporcional.

Também os eleitores recenseados fora do território nacional se distribuem por círculos plurinominais e de apuramento proporcional: um abrangendo os países de língua oficial portuguesa, outro integrando os países membros da União Europeia e um terceiro abrangendo todos os demais países.

Em cada um dos círculos das comunidades portuguesas são eleitos dois deputados, o que soma um total de seis - mais dois do que actualmente, com 230 deputados, o que significa que passariam a ter o dobro do peso com a redução para 181 deputados.

Já nos círculos regionais da Madeira e dos Açores fica estabelecido que estes elegerão “um número de deputados determinado pela proporção directa entre os eleitores em cada um deles recenseados e os eleitores recenseados em todo o território nacional”.

No número 4 do artigo 7º estabelece-se que o círculo nacional elege “um número de deputados não inferior a 70, acrescido do número de mandatos necessários para assegurar a proporcionalidade” - o que resulta num número máximo de 111 círculos uninominais.

Relativamente à conversão de votos locais em mandatos, o projecto social-democrata prevê que nos círculos uninominais o mandato é atribuído ao candidato mais votado.

Nos círculos regionais e nos círculos das comunidades portuguesas, os mandatos são atribuídos de acordo com o método de representação proporcional de Hondt.

Por outro lado, a conversão dos votos nacionais em mandatos obedece-se a duas regras.

Relativamente ao número total de deputados, apuram-se os mandatos que correspondam a cada lista de acordo com o método de representação proporcional de Hondt.

Além disso, atribui-se a cada lista o número de mandatos igual à diferença entre os mandatos apurados e o número de mandatos obtidos pela mesma candidatura nos círculos locais.

Em caso de empate de votos num círculo uninominal, têm prioridade as candidaturas com menos mandatos, as protagonizadas por mulheres e por candidatos mais jovens.

## PSD critica financiamento do TGV e exige adiamento de decisão até definição do novo aeroporto

O PSD criticou hoje o modelo de financiamento da rede ferroviária de alta velocidade anunciado pelo Governo, exigindo o adiamento da decisão final até estar definida a localização do novo aeroporto.

“O modelo de negócio hoje apresentado não merece o nosso acordo. Este modelo prefigura uma monumental SCUT. Ou seja, o Governo pretende fazer obra hoje e fazê-la pagar mais tarde por outros Governo e outras gerações”, afirmou o deputado do PSD Jorge Costa.

Segundo anunciou hoje a RAVE, o modelo de negócio para a rede ferroviária de alta velocidade assenta em seis parcerias público-privadas, o que vai permitir reduzir em 600 milhões de euros o investimento previsto.

Segundo este modelo de negócio, o Estado fica responsável pela aquisição de material circulante (comboios) que alugará aos futuros operadores.

Exigindo que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, se desloque ao Parlamento para “prestar as informações imprescindíveis” sobre este ‘dossier’, Jorge Costa defendeu que nenhuma decisão seja tomada para já quanto à execução do projecto.

“Convém nada decidir de definitivo sobre a execução em concreto da alta velocidade enquanto não houver uma definição final da localização do novo aeroporto”, salientou.

Jorge Costa apelou ainda à realização de um “largo debate público” acerca da rede ferroviária de alta velocidade, lembrando o investimento que está em causa.

“O investimento previsto ronda os 10 mil milhões de euros, ou seja, três vezes mais do que custaria o aeroporto da Ota. É muito dinheiro, que não pode ser gasto sem que se proceda a um largo debate público que possa alcançar o máximo consenso nacional possível”, sustentou.

O deputado social-democrata, que falava durante uma conferência de imprensa na sede do partido, deixou ainda uma sugestão de financiamento da rede ferroviária de alta velocidade, defendendo que se acabe com as SCUT (auto-estradas sem custo para o utilizador).

“Defendemos, desde já, que seja posto fim às actuais SCUT e que os



cerca de 700 milhões de euros que anualmente servem para as pagar sejam desviados para ajudar o Orçamento de Estado a financiar a construção da alta velocidade”, adiantou, considerando que esta seria “uma política correcta de investimentos em transportes”.

Apesar das críticas, Jorge Costa ressaltou, contudo, que para o PSD não está em causa a necessidade de modernizar as infra-estruturas ferroviárias, nem os acordos feitos com Espanha sobre a alta velocidade.

“Trata-se de um projecto estruturante para o desenvolvimento futuro do nosso país. Estão em causa, sim, dúvidas importantes sobre o modelo hoje apresentado”, sublinhou.

## “Irresponsabilidade total” da Ministra da Educação sobre exames de Química e Física

O PSD considerou uma “total irresponsabilidade” as declarações da ministra da Educação que admitiu hoje que voltaria a permitir a repetição dos exames de Química e Física do secundário, medida já declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional (TC).

“É de uma total irresponsabilidade. Num Estado de Direito, um ministro tem obrigação de respeitar as decisões dos tribunais”, afirmou o vice-presidente da

bancada parlamentar do PSD Pedro Duarte.

Em entrevista à Antena 1, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues disse não estar arrependida por ter permitido a repetição dos exames de Química e Física, assegurando que “voltava a tomar a decisão”.

Já depois da transmissão da entrevista, durante uma visita a Seia, Maria de Lurdes Rodrigues reiterou que voltaria a permitir a repetição dos exames de Química e Física do secundário, acrescentando, contudo, que, “se fosse possível regressar ao passado” teria tido o cuidado de “evitar os efeitos perversos” da medida referidos no acórdão do TC.

No final da semana passada, o TC considerou “inconstitucionais” as normas que, no final do ano lectivo 2005/2006 permitiram repetir, apenas aos alunos que compareceram à 1ª chamada, os exames de Física e de Química do 12º ano, necessários para o ingresso ao ensino superior.

A decisão veio contrariar as posições da ministra da Educação, que garantia estar a cumprir a lei, mas que colocou em desvantagem os 10 mil alunos que compareceram à 2ª chamada, e que assim não tiveram direito a uma hipótese suplementar de acesso ao Ensino Superior.

O acórdão do TC indica que a repetição, decidida em decreto-lei pelo Ministério, ao não abranger também os alunos que optaram pela 2ª chamada, “contraria o princípio da segurança jurídica e o princípio da igualdade de oportunidades”.

Numa reacção às declarações de Maria de Lurdes Rodrigues à Antena 1, o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Pedro Duarte considerou tratar-se de afirmações “bem paradigmáticas” da atitude de “arrogância” do Governo “em não ter capacidade de não reconhecer os seus erros”.

“A senhora ministra disse que se tivesse oportunidade afrontava o Tribunal Constitucional. Isso é intolerável num Estado de Direito”, salientou.

Questionado sobre o PSD entende que a ministra da Educação deveria abandonar o cargo, Pedro Duarte afirmou que para os sociais-democratas “não será relevante a troca do ministro”, mas sim a inversão da atitude do Governo.

“O que preocupa são as atitudes”, referiu, considerando que a ministra da Educação tem de ter “humildade” para levar a cabo as reformas necessárias no sector da Educação.

“Tem de perder mais tempo com a melhoria da qualidade e menos tempo em quezílias”, acrescentou. - PL c/Lusa



Eleições em Lisboa

# Negrão não quer “Controleiros” do Governo no comando da autarquia nem partidários da OTA e da extinção da Portela



O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, acusou o adversário socialista, António Costa, de vir a ser um “delegado do Governo” na autarquia caso seja eleito.

Na prática, se fosse eleito, o doutor António Costa seria uma espécie de delegado do Governo na Câmara de Lisboa, afirmou Fernando Negrão, na apresentação do seu programa eleitoral.

Para o cabeça-de-lista do PSD, a “dependência” que António Costa tem do Governo não tem apenas a ver com o passado como ministro de Estado e da Administração Interna, mas com as propostas que apresenta como candidato à autarquia da capital.

“A grande proposta que o doutor António Costa apresentou para o problema financeiro da Câmara, a celebração de um contrato de saneamento financeiro com o Governo, significa meter o Governo na Câmara de Lisboa”, argumentou.

Fernando Negrão afirma não aceitar que António Costa “depois de ter ajudado a sufocar financeiramente a cidade de Lisboa” admita como única solução a transferência da capacidade de decisão da Câmara para o Ministério das Finanças.

“Não aceito que seja o Governo a decidir sobre o futuro dos trabalhadores do município, não aceito que seja o Governo a decidir sobre os investimentos do município, não aceito que seja o Governo a decidir sobre os serviços que podemos prestar aos lisboetas”, afirmou.

O candidato social-democrata acusou ainda António Costa de ter retirado verbas a Lisboa com a Lei das Finanças Locais e de ter decidido a saída do Instituto Português de Oncologia da capital.

“Quem, como o doutor António Costa, acha bem que Lisboa perca o seu aeroporto, não tem condições para bater o pé ao Governo”, afirmou Negrão, acrescentando que “a Câmara de Lisboa tem de ser independente do Governo, não pode ser uma filial do Governo”.

Para Fernando Negrão, “os lisboetas têm de escolher entre manter a autonomia municipal face ao Governo ou ceder às pressões centralizadoras do Governo socialista”.

Para resolver a situação financeira do município, com uma dívida de 1260 milhões de euros, o cabeça-de-lista do PSD reiterou hoje a proposta de criação de um “fundo de gestão imobiliário”.

Negrão explicou que esse fundo será constituído com o património da autarquia, com excepção daquele que tenha valor histórico ou social, e funcionará como uma espécie de titularização desses bens.

“A Câmara recebe à cabeça o valor dos imóveis que estiverem contidos no fundo”, afirmou.

Um terço do valor do património “deve ser suficiente para pagar as dívidas a curto prazo” da autarquia.

O objectivo de Fernando Negrão é que o fundo esteja constituído no prazo de seis a nove meses, para “no prazo de um ano se começarem a pagar as dívidas a todos os

fornecedores”.

Os titulares [do fundo] podem ser, além da Câmara, Municipal o Fundo de Estabilização da Segurança Social, e privados”, afirmou, acrescentando que “o fundo será gerido por entidades de natureza privada”.

A autarquia ficará sempre com a possibilidade de readquirir a titularidade dos bens do fundo, acrescentou Negrão.

Entre as dez medidas prioritárias do programa eleitoral de Fernando Negrão, está igualmente o objectivo de moralizar a acção do município, diminuindo o número de assessores e a dimensão da frota de

“plano municipal com prioridade”, que possibilitará um “andamento mais rápido” aos processos de grandes projectos arquitectónicos como o “Alcântara XXI”.

Lisboa precisa de ser uma cidade cada vez com mais arquitectura. Para isso é necessário criar a figura do plano municipal com prioridade no sentido que estes projectos arquitectónicos tivessem um andamento mais rápido, afirmou Fernando Negrão aos jornalistas após uma visita à Trienal de Arquitectura.

O cabeça-de-lista social-democrata sublinhou que um grande projecto arquitectónico tem a



autarquia.

No anterior mandato, o gabinete do presidente da Câmara tinha cerca de 60 assessores. Considero que o número adequado de assessores do presidente de Câmara não deve ultrapassar uma dezena, afirmou.

Lutar contra a desactivação do aeroporto da Portela é outra das medidas do candidato social-democrata que reitera a defesa da opção Portela mais outro aeroporto.

Negrão defende igualmente a contratualização com o Governo para a autarquia construir os centros de saúde de Carnide, Olivais/Expo, Ajuda e da extensão Rodrigues Migueis, entre outras medidas.

“Plano municipal com prioridade”, possibilitará “andamento mais rápido” a grandes projectos arquitectónicos

Fernando Negrão, defendeu na sexta-feira a criação da figura do

capacidade de arrastar a requalificação da zona envolvente.

Negrão exemplificou com o projecto Alcântara XXI que vai mexer numa zona de Lisboa que precisa de ser reabilitada.

Neste projecto, Fernando Negrão sublinhou que os pareceres de entidades externas à Câmara de Lisboa, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDDR) e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) estão concluídos, faltando apenas os pareceres da autarquia.

O candidato social-democrata ressaltou que a simplificação burocrática dos processos não invalida a discussão pública inerentes a estes projectos

Na área do urbanismo há muito coisa para fazer, nomeadamente na simplificação do cálculo das taxas para que o cidadão ou o investidor

possa ter a noção do que vai gastar, referiu.

Na exposição da Trienal de Arquitectura no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, Fernando Negrão mostrou-se particularmente agradado com projectos de jardins suspensos, que considera boas pequenas soluções urbanísticas.

Instado pelos jornalistas sobre uma zona da cidade onde gostaria de ver os jardins suspensos, Negrão apontou o Largo do Rato.

O Largo do Rato não tem propriamente uma grande harmonia, afirmou, defendendo que naquela zona poderia existir vários jardins suspensos.

### Fernando Negrão quer dar “tempo de antena” aos lisboetas Espaços interactivos lisboetas/candidato

Dar “tempo de antena” aos lisboetas é o objectivo das dez tendas que a candidatura de Fernando Negrão instalou na cidade e que representam “um acto simbólico” da “volta” que o candidato social-democrata quer dar ao funcionamento da Câmara.

“Diga de sua justiça” foi o nome dado às tendas que irão percorrer 20 freguesias da cidade de Lisboa ao longo da próxima semana e que, segundo o candidato social-democrata, “são um acto simbólico para dizer que é preciso dar a volta ao funcionamento da Câmara”.

“Os serviços têm de mudar radicalmente. A Câmara tem de estar ao serviço dos cidadãos e não os cidadãos ao serviço da Câmara”, sublinhou Fernando Negrão, em declarações aos jornalistas junto da primeira tenda a ser montada, na Praça de Londres.

Comprometendo-se a descentralizar os serviços da autarquia caso vença as eleições intercalares para a Câmara de Lisboa marcadas para 15 de Julho e “aproximar a autarquia dos cidadãos”, Fernando Negrão prometeu criar “pontos de contacto



directo com a população”.

“A Câmara tem sido um órgão distante”, lamentou.

Nas dez tendas, os lisboetas vão poder registar por escrito as críticas e sugestões que entenderem ou, se assim o quiserem, gravar o seu depoimento em vídeo, que ficará disponível no site da candidatura na Internet ([www.fernandonegrao.net](http://www.fernandonegrao.net)).

Da parte do candidato ficou a promessa de que responderá às questões mais relevantes.

“Não vou poder responder a todos porque estamos numa campanha”, admitiu Fernando Negrão, incitando, contudo, os lisboetas a ter “uma atitude mais pró-activa” e prometendo que irá ter em conta as ideias apresentadas.

Poucos minutos depois da ‘inauguração’ da tenda, Fernando Negrão recebeu as primeiras sugestões de uma lisboeta que defendeu a criação de mais habitação na cidade, nomeadamente através da reabilitação dos prédios devolutos.

“É uma boa ideia, é preciso renovar as gerações em Lisboa”, disse o candidato social-democrata, que aproveitou para questionar a primeira ‘cliente’ da tenda sobre o que pensa da ideia de alargar a rede de metropolitano até Alcântara.

“Acho ótimo”, respondeu de imediato a sua interlocutora.

Na segunda-feira, na Praça de Londres, foi inaugurado um novo espaço dedicado aos cidadãos de Lisboa.

Este novo espaço, uma iniciativa

denominada “Diga de Sua Justiça”, vem dar aos lisboetas uma oportunidade de formularem as suas opiniões e críticas, e deixarem as suas sugestões acerca das questões que pretendem ver debatidas e resolvidas na cidade de Lisboa.

Estas mesmas opiniões irão ser posteriormente colocadas “on-line”, de modo a promover um espaço de debate e de cidadania participada. “Uma Lisboa mais justa, mais fruída e mais participada precisa da sua opinião”

### Na zona “J” de Chelas....

segurança foi o tema que dominou o encontro entre o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Negrão e a direcção da Comissão de Moradores do Condado – Marvila.

Os habitantes deste bairro, conhecido e estigmatizado como Zona J, deram conta das suas preocupações nomeadamente no que respeita às questões de segurança.

Fernando Negrão, que já foi director da Polícia Judiciária, fez o diagnóstico e apresentou soluções daquela zona: “Existem corredores que é preciso demolir, como aliás já está previsto. São estruturas que do ponto de vista urbanístico estão completamente erradas. As pessoas estão a ser realojadas e estas ilhas que fomentam a criminalidade deverão ser demolidas. A zona onde estamos tem boas potencialidades para proporcionar qualidade de vida e fixar

pessoas, possui comércio, centros de dia, escolas e creches, ou seja estruturas que permitem uma boa urbanidade aos seus habitantes, ao contrário do que acontece com outras zonas da cidade onde as pessoas foram literalmente despejadas para dentro de suas casas e onde não existe estruturas que assegurem uma vida de bairro”.

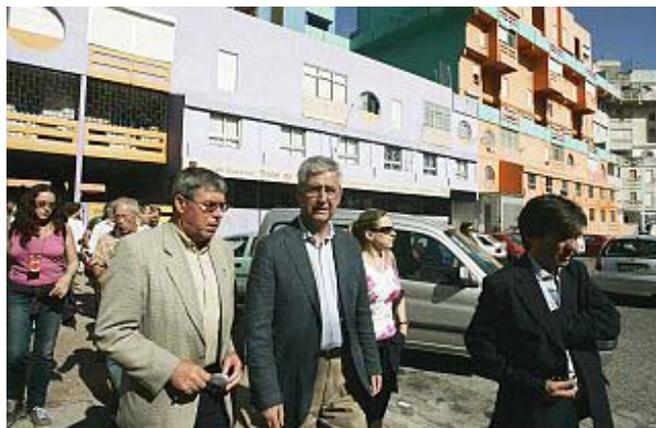
Por outro lado Fernando Negrão relembrou também que a bem da segurança é preciso preencher os quadros de efectivos da Polícia Municipal, cujo o processo de transferência está pendente do governo. Havendo mais polícia, afirmou o candidato, pode-se fazer uma melhor intervenção e cobertura das necessidades de segurança em zonas da cidade como esta.

### No Bairro S. João de Brito

Num encontro com a Comissão de Moradores do Bairro S. João de Brito, o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa foi peremptório quando afirmou que “é inadmissível que uma Câmara deixe arrastar um problema por mais de 20 ou 30 anos”. Fernando Negrão tinha acabado de ouvir as queixas dos moradores daquele bairro que durante décadas aguardaram uma solução da CML para a requalificação e para a intervenção na zona.

Fernando Negrão, acrescentou ainda que não esquecerá o problema e que fará o que estiver ao seu alcance para apresentar soluções que sejam compatíveis com as necessidades dos moradores daquele bairro, lembrando também que não é só a CML que terá ali responsabilidades, pois parte dos terrenos estão também sob administração da ANA. “Este problema não envolve só a Câmara mas também outras entidades, por isso é da responsabilidade do futuro presidente conjugar todos os esforços no sentido de encontrar plataformas de entendimento comuns que ajudem à sua resolução”.

Fernando Negrão percorreu a pé todo o bairro, acompanhado de moradores, recebendo caloroso apoio por parte dos habitantes do bairro. – **Gab. Imp. PSD, c/PL e Lusa: fotos Luís Saraiva**





## Intervenção sobre a convergência e harmonização do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral da Segurança Social

Deputado António Almeida Henriques  
Assembleia da República, 21 de Junho de 2007

O Governo apresenta neste debate uma proposta de lei de grande impacto na vida das Pessoas.

Uma proposta que tem como objectivo a convergência e harmonização do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral da Segurança Social, designadamente no que diz respeito às condições de aposentação e ao cálculo de pensões.

O diploma introduz o factor de sustentabilidade que passa a ser considerado no cálculo das pensões dos subscritores ou pensionistas que entraram no sistema antes de 31 de Agosto de 1993.

Significa que a partir da aprovação deste diploma todos os subscritores da Caixa Geral de Aposentações, independentemente da data da sua inscrição, serão abrangidos pela alteração do regime.

Significa que estas pessoas serão afectadas, nas suas legítimas expectativas, quanto à aposentação antecipada e quanto ao valor das suas pensões.

Assim, as pensões a pagar no futuro pela Caixa Geral de Aposentações, serão ponderadas e influenciadas pela evolução da esperança média de vida da população, atenuando o impacto financeiro provocado pelo desequilíbrio que se tem vindo a verificar na evolução da população activa face à população beneficiária do sistema.

Esta convergência do sistema de pensões do sector público com o sector privado é um propósito, há muito defendido pelo PSD.

Aliás, importa realçar, foi o PSD que o concretizou, quando, em 1993, com o Governo do Prof. Cavaco Silva, determinou a aplicação do regime geral da segurança social a todos os subscritores da Caixa Geral de Aposentações, inscritos após aquela data.

Só com uma diferença.

Naquela altura a alteração feita, não colidia com nenhum direito adquirido porque apenas se aplicava



a futuros subscritores.

Apesar disso, o Partido Socialista votou contra na altura porque entendia que o diploma era “fortemente lesivo para o interesse dos trabalhadores”

Também em 2004, quando o Governo do Dr. Durão Barroso apresentou uma alteração ao Estatuto de Aposentação dos Funcionários Públicos, que previa uma penalização das reformas de 4,5% ao ano,

O PS votou contra invocando a “sangria da qualificação à custa dos aposentados com menos de 60 anos de idade.”

Como é diferente a atitude do PS quando está no Governo e na Oposição.

Como é gritante a falta de seriedade política nos argumentos políticos que os socialistas esgrimem.

Antes o PS, na oposição, chumbava as iniciativas do PSD classificando-as como “muito gravosas para os trabalhadores e geradoras de enormes injustiças sociais”

Hoje, o PS no Governo, aumenta a idade de reforma dos funcionários para os 65 anos,

Hoje, o PS no Governo, aumenta a penalização das aposentações precoces de 4,5% ao ano para 0,5% ao mês.

Justifica estas medidas com os mesmos argumentos que antes utilizava para se opor às iniciativas do PSD, a justiça e a equidade social.

Mais um exemplo de como o mesmo argumento pode servir interesses tão diversos. Hipocritamente, o PS muda de opinião consoante está na oposição ou no Governo.

O PSD tem outra atitude, assume-se como oposição responsável, não tem esta atitude de bota abaixo.

Mantemos hoje as convicções e os objectivos políticos que nortearam a nossa acção política quando fomos Governo.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados

Na nossa opinião a convergência e uniformização dos regimes, que sempre defendemos, tem uma dupla importância:

Primeiro, contribui para a sustentabilidade do sistema, fazendo depender o valor das pensões dos fenómenos demográficos e do crescimento da economia;

Segundo, introduz o princípio da igualdade de tratamento de todos os portugueses na idade da reforma.

Somos coerentes e apoiamos este princípio.

Mas a verdade, e é importante lembrar, é que o PS, tendo estado no Governo 9 anos nos últimos 12, ignorou a evidente degradação financeira da Caixa Geral de Aposentações.

Na actual legislatura, não tomou

a iniciativa de continuar o caminho iniciado pelo PSD em 1993.

Importa lembrar também que, durante a campanha eleitoral de 2005 o PS já tinha perfeita consciência do problema da sustentabilidade do sistema;

Mas o Primeiro-Ministro José Sócrates furtou-se sempre a discutir os problemas da Segurança Social e nunca admitiu, ao contrário do PSD, a necessidade do aumento da idade da reforma.

Foi uma atitude pouco séria que procurou enganar as pessoas na ânsia de lhes arrancar votos.

(...)

Sabemos que esta alteração legislativa coloca em crise expectativas criadas ao longo de anos e frustra expectativas;

Mas importa dizer com verdade e com honestidade política que as alterações das condições económicas e financeiras do País têm uma consequência directa e inultrapassável nos regimes de protecção social.

Não seria justo que o custo do reequilíbrio do sistema social não fosse partilhado pelo sector público (que até hoje usufruiu de um regime mais favorável).

É em nome da coerência e da seriedade políticas, que faz falta ao PSD quando está na oposição;

É em nome da responsabilidade que nos distingue da conduta política errática do PS.

Que o PSD não se opõe a esta iniciativa legislativa, entendendo-a como indispensável para assegurar a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Ao contrário de outros, não hipotecamos a seriedade de propósitos em nome de eventuais vantagens políticas de momento.

Este assunto é um assunto sério.

E é com a seriedade de sempre que o abordamos.



## Intervenção sobre a extinção da Fundação D. Pedro IV

Deputado António Preto  
Assembleia da República, 21 de Junho 2007

(...)

Por detrás destas iniciativas parlamentares estão dois actos, um da Administração Central outro de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que merecem reservas.

Pelo primeiro, em de 1 de Fevereiro de 2005, o IGAPHE transferiu para a Fundação D. Pedro IV, por auto de cessão “ o direito de propriedade e os direitos e obrigações relativos a 1445 fracções autónomas situadas no Bairro de Chelas, das quais 963 se situam na chamada Zona 1 (também designada por bairro das amendoeira) e 482 na zona n2 (também designada por bairro dos Lóios).

Pelo segundo, logo em 8 de Julho de 2005, o Conselho de Administração da Fundação D. Pedro IV adoptou para aquelas fracções autónomas, o regime de renda apoiada, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

O que na prática se traduziu num aumento generalizado das rendas praticadas.

Como consequência destes dois actos, 1460 famílias, sem serem havidas ou achadas no caso, viram-se de repente com um novo senhorio que lhes exigia aumento de renda.

Para se perceber melhor, para todos compreendermos o alcance desta medida na vida daquelas pessoas, é preciso dizer que na sua grande maioria, estas famílias que o Estado ignorou - quando celebrou o contrato de cessão - eram seus arrendatários há mais de trinta anos.

E apesar do Estado nunca ter procedido à recuperação das suas casas, apesar do Estado ter declinado os seus deveres de senhorio, apesar de viverem numa zona carenciada, apesar de serem famílias de fracos recursos, pagaram sempre pontualmente as rendas e, em muitos casos procederam por sua conta e risco, a obras de recuperação, reabilitação e beneficiação das suas casas.

Ao proceder à cessão sem os consultar, sem lhes dar a conhecer as consequências directas da cessão que negociou com a Fundação, nomeadamente as relativas às cláusulas que permitiam o aumento de rendas, e sobretudo, sem lhes perguntar, como é de lei em qualquer transmissão de arrendamento, se queriam ou não adquirir as fracções



de que eram arrendatários há mais de trinta anos, o Estado agiu de forma imprópria.

Temos a obrigação de corrigir esse erro. Devemos fazê-lo.

A única maneira de o corrigir é fazer com que a propriedade dos fogos reverta para o proprietário originário. E que este os venda aos arrendatários que as quiserem comprar. E que o produto da venda assim obtido seja aplicado na reabilitação total do edificado.

Só assim o Estado cumprirá os seus deveres de pessoa de bem e de senhorio que negligenciou durante trinta anos.

E isso não só é desejável, como é possível.

Depois de analisar o parecer que sobre o assunto emitiu a Procuradoria-Geral da República, diria mesmo, que esse é o caminho mais seguro e sobretudo o único justo.

Para reparar o erro não basta a boa vontade de um partido, nem sequer a soma de boas vontades de todos os partidos da oposição.

Aqui o que vale sobretudo é a boa ou má vontade de um único Partido. O Partido Socialista que além de ter a maioria, é Governo.

Sinceramente tenho muitas

reservas quanto à boa vontade do Partido Socialista e sobretudo do Governo.

Primeiro porque esta questão só chega aqui porque o Governo não a resolveu em tempo útil. E já teve mais do que tempo para o fazer.

Não o fez. Pelo contrário tem-se arrastado em reuniões, memorandos, pedidos de parecer e propostas de solução completamente irrealistas.

Depois porque tem um instrumento, o parecer que pediu à Procuradoria-Geral da República, que lhe permite avançar de imediato, para a redução do contrato de cessão ou até para a sua resolução unilateral, para por essa via repor a situação originária.

Resulta desse parecer que no caso pode ser invocado incumprimento do fim de interesse público que condiciona a cessão.

**Ora havendo fundamento para o exercício do direito de reversão e sabendo o Governo que no limite, nos termos do artº 2/3 do D.L.97/70 “...o direito de reversão tem de ser exercido dentro do prazo de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa...”,**

E sendo certo que o Governo tem conhecimento oficial desse facto, pelo menos a partir de 12 de Julho de 2006, data em que Srº Ministro do Ambiente

do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que homologou o parecer da Procuradoria-Geral da República, justifica-se, que a vinte e um dias do fim do prazo, para o exercício do direito de reversão, nos interroguemos quanto à boa vontade do Governo.

Até ao próximo dia 12 de Julho saberemos.

Por nós votamos a favor que se recomende ao Governo que promova a “reversão para o Estado do património do IGAPHE transferido para a Fundação D. Pedro IV“. Vamos até mais longe. Entendemos que imediatamente a seguir à reversão deve ser dada aos arrendatários a possibilidade de adquirirem as suas casas.

Quanto aos outros pontos tem em si implícitos juízos sobre os quais esta Assembleia não se deve pronunciar, uma vez que são matéria da competência de outro órgão de soberania.

Para além disso, por detrás das instituições há também pessoas, de carne e osso que sentem, que sofrem. Não é justo que sobre elas lancemos o anátema, o odioso da desonra.

As 1460 famílias que merecem a nossa atenção lutam por uma causa justa.

Temos de as ajudar. (...)



## Intervenção sobre a convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o Regime Geral da Segurança

Deputado Arménio Santos  
Assembleia da República, 22 de Junho 2007

(...)

A convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o Regime Geral da Segurança social, foi iniciado em 1993, com a aplicação das regras de cálculo das pensões do Regime Geral, aos subscritores inscritos da CGA a partir de 1 de Setembro daquele ano.

Com a aprovação da Lei nº 60/2005, de 29. De dezembro, o actual Governo veio estabelecer mecanismos de convergência do regime de protecção social da Função Pública com o regime geral da Segurança Social, resultando daí a eliminação de inúmeros regimes especiais de inscrição dos funcionários e agentes da Administração Pública admitidos a partir de 1 de Janeiro de 2006 na Segurança Social e uma significativa alteração das condições de aposentação e da fórmula de cálculo.

Com a presente medida legislativa (Proposta de Lei nº 136/X) o Governo pretende dar mais um passo na concretização da convergência do regime da protecção social da função pública com o da segurança social.

Invocando a necessidade de introduzir no regime medidas restritivas - o factor de sustentabilidade e o indexante dos apoios sociais - nos direitos vigentes dos funcionários públicos o Governo ultima o fim do modelo de pensões da Função Pública consolidado ao longo de várias décadas, nivelando por baixo as pensões dos funcionários públicos e tornando ainda mais distante no tempo a esperança de uma aposentação digna e conquistada ao longo de quase quatro décadas de trabalho.

É neste sentido que coloco uma questão ao Senhor Ministro e respeitante apenas à aposentação antecipada referido no artº 2º desta Proposta de Lei.

O nº 2 do artº 2 da Proposta, vem alterar a penalização de 4,5% anuais, previstos na Lei 60/2005, para 0,5 mensais (6% anuais) a antecipação entre a data do requerimento da aposentação e a idade de 65 anos.

Pergunto, Senhor Ministro, se não considera que estamos perante uma **alteração duplamente penalizadora**, já que não só aumenta de 4,5% para



6% a taxa anual de redução, como ainda aumenta para os 65 anos de idade de referência que até agora é progressiva - pelo Anexo I da Lei 60/2005, o trabalhador apenas em 2015 atingiria os 65 anos de idade.

Também o nº 3 do artº 2 da Proposta, ao diminuir de 18 meses actualmente em vigor, para apenas 12, o número de meses de antecipação a

considerar na determinação da taxa global de redução da pensão, **é ou não mais uma penalização?**

Finalmente e **nova penalização** se verifica ao reportar a antecipação aos 40 anos de serviço, em vez de a reportar aos anos de serviço progressivos constantes do Anexo II da já referida Lei 60/2005, que só em 2013 atingiria os 40 anos.

## Intervenção no debate sobre a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa

Deputado Luís Marques Guedes  
Assembleia da República, 20 de Junho de 2007

(...)

Uma vez mais a questão do novo Aeroporto Internacional de Lisboa é colocada no debate parlamentar. Talvez que desta vez não tanto por convicção, mas mais por pretexto.

De qualquer forma é sempre bom que o assunto suba a debate.

**Esta não é uma questão qualquer, é um investimento estratégico para o País.**

E pese embora a arrogância e a enorme teimosia com que, durante muito tempo, o Governo tratou este assunto, **foi exactamente por essa razão que o PSD, desde há quase dois anos, insistiu e persistiu em o colocar na agenda política.**

Durante meses a fio, o PSD andou, **quase sempre sozinho, a**



obriga a que todas as possíveis alternativas devam ser estudadas, avaliadas e explicadas sem pré-condições.

Só assim, explicitando as vantagens e as desvantagens de todas as alternativas, na base de estudos sérios e independentes, podemos ambicionar escolher bem e optar pela melhor solução.

Melhor solução que será a mais barata, a mais rápida, a mais segura e a mais eficaz para uma adequada estratégia de desenvolvimento e ordenamento do território.

(...)

**O autismo e a sobranceria com que o Governo e a bancada socialista conduziram este processo, resultou num claro sentimento de desconfiança da**



Este é o tempo da análise séria, do confronto das vantagens e dos inconvenientes de cada solução, da procura responsável do maior consenso técnico e político.

É nessa posição que o PSD se coloca. Na altura própria o Governo terá de decidir. E cá estamos para, como sempre, dizer o que pensamos.

Sempre a pensar em Lisboa, porque do Aeroporto Internacional de Lisboa se trata.

Sempre a pensar no interesse nacional, porque esse é o único critério que os Portugueses exigem de nós.

(...)

esmagadora maioria das pessoas. Por isso, votaremos a presente recomendação.

Os Portugueses têm hoje a perfeita noção de que é possível e necessário discutir soluções melhores, mais baratas, mais seguras e mais equilibradas.

Sem margem de manobra o Governo acabou por dar o dito por não dito e abandonar a política do facto consumado.

Ainda bem!

Fomos os primeiros a saudar este recuo.

Fê-lo tarde? Talvez.

Mas mais vale tarde do que nunca. O bom senso prevaleceu e abriu-se caminho à possibilidade de uma boa decisão para o futuro de Portugal.

Pouco nos interessa, com franqueza, saber se o Governo saiu fragilizado e se a teimosia do Primeiro Ministro ou a arrogância do Ministro das Obras Públicas podiam ter sido evitadas. Acho que já toda gente percebeu que é preciso virar essa página menos feliz.

O que importa agora é que a OTA deixou de ser a solução irreversível e o pesadelo que muitos já pressentiam.

O que nos importa é criar as condições para que se estude tudo quanto houver a estudar, e depois se adopte a melhor solução para Lisboa e para o interesse nacional.

Sem cartas marcadas, sem reserva mental e, sobretudo, com seriedade de propósitos.

É uma questão de transparência. Não deve haver posições fechadas e todos merecem ver as suas dúvidas dissipadas, porque isso é um passo importante para que no final, ou seja, quando houver que decidir, fique claro que a decisão a tomar é mesmo a melhor solução.

**Tenho a consciência, senhores Deputados, que não é este o espírito que a todos anima.**

Alguns abordam a questão do aeroporto numa lógica tacticista, ou de exercício de poder, ou até como mero instrumento de luta política.

Não é essa a posição da bancada do PSD. Para nós, esta é uma questão estruturante para Lisboa e para o futuro do País.

**Não é uma questão partidária. É uma questão do mais relevante interesse nacional.**

Não se avança para uma obra desta envergadura de ânimo leve.

Não se faz um investimento desta dimensão sem ele estar devidamente testado e ponderado.

Não se decide uma infraestrutura desta importância sem a avaliação cuidada das suas múltiplas implicações.

Aqui chegados, o que os Portugueses querem não é mais ruído. Ruído, já houve de mais. Ruído pouco edificante e que outra humildade democrática aconselharia que se tivesse evitado.

## AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 27 DE JUNHO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate com o Primeiro-Ministro sobre a apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia

QUINTA-FEIRA, DIA 28 DE JUNHO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 148/X (GOV)

(Aprova o Regime Jurídico sobre as Instituições do Ensino Superior)

Proposta de Lei n.º 140/X (GOV)

(Primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, aprovando o Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário)

Petição n.º 149/X/1.<sup>a</sup> (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local)

(Pela regulamentação das compensações pela prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade no âmbito do exercício de funções nos serviços e organismos da administração local, prevista no artigo 13.º. Do Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março)

Petição n.º 204/X/2.<sup>a</sup> (António Manuel Rodrigues e outros)

(Pedido de alteração da delimitação entre os municípios de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis, no lugar de Baralhas)

VOTAÇÕES no final do debate



## Intervenção sobre a suspensão imediata da Implementação da Experiência Pedagógica da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário

Deputada Ana Zita Gomes  
Assembleia da República, 22 de Junho de 2007



A Petição que hoje aqui discutimos, subscrita por 8132 cidadãos – que aproveito para saudar - e que *solicitam a suspensão imediata da Implementação da Experiência Pedagógica da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*, é discutida cinco meses depois da sua entrega à Assembleia da República.

Poderemos dizer que, em parte, o motivo da sua apresentação está superado. Esta também é a nossa expectativa, embora existam algumas dúvidas sobre o processo de revisão científica e adaptação pedagógica em curso. Esperamos que esta revisão conduza a uma maior aceitação por parte da comunidade científica.

Contudo, isso em nada desvaloriza a relevância desta petição.

De facto, a sua apresentação, há cinco meses atrás, foi certamente um elemento determinante para a decisão que – tardiamente – o Ministério da Educação acabou por tomar de suspensão, em parte, da experiência pedagógica da TLEBS.

(...)

A Terminologia Linguística foi

precipitadamente generalizada no Ensino Básico pela Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro.

Menos precipitada, foi a decisão do Governo relativamente à suspensão desta generalização.

Neste caso, tardou.

Entre avanços e recuos, assistimos a declarações contrárias dos dois secretários de estado da tutela educativa.

Entre suspender imediatamente ou no final do ano lectivo, ficou-se pelo meio: o meio do ano lectivo!

Para mal dos estudantes e de toda a comunidade educativa.

Com efeito, só no dia 18 de Abril deste ano, foi publicada a Portaria 476/2007, que pôs fim à generalização da experiência no ano lectivo 2006-2007, nos termos em que o próprio Governo havia definido pela portaria 1147/2005, de 8 de Novembro.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que a generalização da TLEBS foi precipitada porque:

§ A Portaria 1488/2004, de 24 de Dezembro apenas previa que a generalização ocorresse no ano lectivo 2007/2008, e não em 2006/2007, como o Governo precipitou;

§ E porque a mesma Portaria previa que a generalização, a acontecer, seria introduzida com – e cito - “as alterações que tais resultados [os da experiência pedagógica] vierem porventura a aconselhar”.

Por outro lado, a suspensão da generalização da TLEBS foi tardia e pecou por defeito:

Em primeiro lugar, a suspensão aplicou-se apenas ao Ensino Básico, assumindo o Governo que os “termos inadequados” da TLEBS continuam e continuarão a ser leccionados no Ensino Secundário;

Em segundo lugar, as

consequências negativas da postura irreductível do Ministério seja nos conhecimentos “inadequados” já transmitidos aos alunos, seja pelo desperdício em termos de manuais escolares.

Concluindo, este é mais um caso paradigmático da actuação do Ministério da Educação.

Confusão generalizada em torno das decisões tomadas e insistência perante os erros cometidos.

Estes episódios em torno da TLEBS são lamentáveis.

Esperamos, sinceramente, que o processo de revisão conduza a melhorias e, também, a uma adaptação pedagógica que aproxime os jovens à Língua Portuguesa.

(...)





Relatório Carlos Coelho

## Parlamento Europeu aprova “BI especial” para imigrantes

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria dos seus Deputados, um Relatório do Deputado do PSD Carlos Coelho com vista à criação de um “BI especial para imigrantes na UE”, estabelecendo assim um cartão com um formato uniforme para as autorizações de residência dos nacionais de países 3<sup>os</sup> à UE.

O objectivo é que estes residentes tenham um cartão com o mesmo nível de informação e tipo de dados que têm os actuais passaportes dos nacionais dos Estados-Membros da UE, com especial destaque para os dados biométricos.

Na sua intervenção, Carlos Coelho começou por mostrar a sua satisfação por esta proposta “separar as autorizações de residência dos vistos - uma vez que servem ambos objectivos diferentes. Deste modo, esta iniciativa diz apenas respeito ao estabelecimento de um formato comum para as autorizações de residência na UE de nacionais de países terceiros”

O deputado do PSD explicou que estes novos BI’s “deverão ser consideradas como um espécie de documento de identidade para ser utilizado dentro do espaço Schengen, mas não como um documento de viagem (a ser utilizado fora do espaço Schengen)”.

Segundo o Relator “Isto permitirá que todos os nacionais de países 3<sup>os</sup> que residam legalmente no espaço Schengen, possam ser identificados da mesma maneira. Daí a minha proposta no sentido de que estas autorizações de residência terem que respeitar os mesmos elevados níveis de segurança que são requeridos para a emissão dos bilhetes de identidade nacionais.”

A grande novidade nesta proposta é a introdução de identificadores biométricos, armazenados num Radio Frequency Chip (RFID) que contém uma imagem facial (dentro de 2 anos, após a adopção das medidas técnicas necessárias) e impressões digitais em formato interoperável (dentro de 3 anos).



Para Carlos Coelho “são claras as vantagens da utilização de biométricos, pois é a melhor forma de prevenir a utilização de identidades falsas e a usurpação de identidades, uma vez que se pode controlar de

modo mais fiável se a pessoa que apresenta o documento é a mesma pessoa a quem o documento foi emitido.”

A terminar Carlos Coelho lembrou que “se bem que o uso de biométricos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos, seja o passo mais lógico no sentido de se encontrar a melhor forma de prestar assistência no processo de identificação, é porém essencial assegurar que o uso de identificadores biométricos seja, por um lado, efectivo e eficiente e, por outro lado, sujeito a salvaguardas de protecção de dados.”

Esta iniciativa surge na sequência do parecer negativo do PE, em 2003, (do qual Carlos Coelho foi Relator) a duas iniciativas da Comissão, que sem terem sido objecto de um estudo técnico, registavam inúmeras falhas devido a uma potencial colisão entre contact-less chips, ao facto de não existirem estudos prévios sobre o tipo de formato a utilizar: um sticker, ou um cartão à parte, entre outras.

## Silva Peneda questiona Comissão sobre violação pela China dos acordos comerciais com a UE

O Deputado do PSD no Parlamento Europeu, José Silva Peneda enviou uma questão à Comissão Europeia acerca do desrespeito da China pelos acordos comerciais estabelecidos com a União Europeia.

Segundo Silva Peneda “A China continua a desrespeitar os acordos comerciais estabelecidos com a UE recorrendo a práticas comerciais desleais e aplicando medidas discriminatórias e barreiras tarifárias e regulatórias às empresas europeias.”

Esta situação é confirmada pelo aumento insustentável do défice comercial da UE com a China que se prevê atingir em 2007 cerca de 170 mil milhões de euros e consequentemente pelos níveis recorde de excedente atingidos pela balança comercial chinesa.

O Deputado português acusa a China de “só ano de 2006, ter estado na origem de 80% dos produtos



contrafeitos apreendidos nas fronteiras europeias.”

As empresas da UE perdem, por

ano, entre 400 e 800 milhões de euros no mercado interno devido à contrafacção e só em Portugal esses prejuízos representaram um valor superior a 180 milhões de euros, entre 2000 e 2006.

Para Silva Peneda “estes prejuízos causados às empresas europeias e portuguesas comprometem a criação de emprego, desincentivam o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento, para além de privar os governos de receitas fiscais.”

Na opinião do Deputado do PSD “A Europa deve responder à globalização sem renunciar aos seus interesses e aos valores inerentes ao seu modelo social, através de um forte posicionamento relativamente ao escrupuloso cumprimento dos seus acordos de comércio internacional.”

“A abertura do comércio internacional e as condições de acesso aos mercados têm de ser globais e

recíprocas. Não se espera que a Europa venha apenas a reagir ao fenómeno da globalização, mas que dê mostras de controlar os aspectos mais decisivos do processo.”

### Perguntas à Comissão:

1. Que tipo de medidas concretas vai adoptar relativamente à continuação do incumprimento dos acordos comerciais por parte da China com a UE?

2. Como tenciona gerir a questão do fim das quotas à importação de têxteis chineses depois de 2007?

3. Como pensa vir a reforçar a penalização dos importadores europeus que desrespeitam a legislação sendo cúmplices na introdução no mercado europeu de produtos de contrafacção, sobretudo de têxteis oriundos da China?

## Instituição do Dia Europeu contra a pena de morte

A Comissão propõe ao Parlamento Europeu e ao Conselho de Ministros um projecto de declaração comum, a adoptar juntamente com o Conselho da Europa, que instaura, em 10 de Outubro de cada ano, o Dia Europeu contra a pena de morte.

O Comissário Frattini declarou que “a pena de morte constitui uma violação do mais fundamental dos direitos humanos, que é o direito à vida. Nada justifica a pena de morte, quer seja ou não considerada eficaz para combater a criminalidade. É uma prática eticamente inaceitável, cruel, juridicamente incorrecta e que frequentes vezes causa a morte de pessoas inocentes, sem possibilidade de remédio. Um número crescente de países está a abolir a pena de morte. Senti uma grande emoção segunda-feira, na conferência ‘Africa for Life’ dos Ministros da Justiça africanos, organizada pela Comunidade de Santo Egidio, o que renovou a minha esperança e o meu entusiasmo na prossecução da luta contra a pena capital.

Ao instituir o Dia Europeu contra a pena de morte manifestamos a nossa determinação e o nosso empenho em continuar a combater esta prática até que seja abolida em todo o mundo”.

A Comissária responsável pelas Relações Externas e pela Política Europeia de Vizinhança, Benita Ferrero Waldner, acrescentou que “a existência e a aplicação, ainda hoje, da pena de morte em muitas regiões do mundo continua a ser para nós uma grave preocupação. Por este motivo a sua abolição é uma das principais prioridades no domínio dos direitos humanos nas nossas relações com os países terceiros e nas instâncias internacionais, como as Nações Unidas. Nós, Europeus, encontramos na primeira linha contra a pena de morte e a favor da sua abolição universal. E não abandonaremos esta luta até que a pena capital não se torne uma recordação do passado em cada país do mundo”.

Para apoiar a promoção da abolição universal da pena de morte, a declaração conjunta deverá ser assinada pelo Parlamento Europeu, pela Presidência da UE, pela Comissão Europeia e pelo Conselho da Europa por ocasião de uma conferência internacional a realizar em Lisboa em 9 de Outubro de 2007.

Desde 1997 que não é aplicada a pena de morte em nenhum dos 47 países membros do Conselho da Europa, incluindo os Estados-Membros da União Europeia. A abolição da pena de morte é, além disso, um pressuposto natural para ser membro destas duas organizações



européias.

No quadro do Conselho da Europa, o Protocolo n.º 6 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) estabelece a abolição incondicional da pena de morte em tempo de paz. Todos os 27 Estados-Membros da União Europeia ratificaram o Protocolo n.º 6. O Protocolo n.º 13 da mesma convenção proíbe a pena de morte em todas as circunstâncias. Vinte e dois Estados-Membros já ratificaram o Protocolo n.º 13; cinco Estados-Membros (França, Itália, Letónia, Polónia e Espanha) assinaram o referido protocolo, mas ainda não o ratificaram.

No mesmo sentido, o n.º 2 do artigo 2.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia proíbe a pena de morte nos seguintes termos: “Ninguém pode ser condenado à pena de morte, nem executado”.

As actividades da União Europeia no mundo contra a pena de morte procuram incentivar o debate público, reforçar a oposição da opinião pública e fazer pressão sobre os países que

ainda aplicam a pena de morte no sentido de a abolirem. O empenho político da UE tem sido acompanhado por um apoio financeiro substancial a projectos concretos no âmbito da Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos Humanos, que identifica a abolição da pena de morte como uma das suas prioridades. Desde 1994, mais de 11 milhões de euros foram atribuídos a projectos da sociedade civil com o objectivo de aumentar a sensibilização da opinião pública nos países que aplicam a pena de morte através da educação e de campanhas de sensibilização, de estudos sobre a conformidade dos sistemas que aplicam a pena de morte com as normas mínimas internacionais, informando e apoiando estratégias para substituir a pena de morte por outras sanções, desenvolvendo esforços para garantir aos condenados à pena de morte o acesso a níveis adequados de assistência jurídica e apoiando a formação destinada aos advogados.

Contexto

Actualmente, mais de metade dos

países do mundo aboliram, de direito ou de facto, a pena de morte:

- 89 países e territórios aboliram a pena de morte em relação a todos os crimes;

- 10 países aboliram a pena de morte para todos os crimes, salvo crimes excepcionais, nomeadamente os praticados em tempo de guerra;

- 30 países podem ser considerados, na prática, abolicionistas. Mantêm a pena de morte no seu ordenamento jurídico, mas não procederam a qualquer execução nos últimos 10 anos ou mais, considerando-se que têm uma política ou uma prática estabelecida de não aplicar execuções capitais.

Assim, um total de 129 países aboliram, de direito ou de facto, a pena de morte.

Os números relativos à aplicação da pena de morte no mundo mantêm-se, contudo, preocupantes. Em 2006 foram executadas pelo menos 1 591 pessoas em 25 países e pelo menos 3 861 pessoas foram condenadas à morte em 55 países. A acção da UE, como primeiro opositor no mundo à pena de morte, continua a ser urgente e necessária.

# « La construction européenne a eu plusieurs architectes. Maintenant, on a besoin de un vrais ingénieur » - citação de um Comissário Europeu anónimo.

Por : Ricardo Rio

Portugal assume a 1 de Julho próximo, e até ao final do ano de 2007 a Presidência da União Europeia (UE), para assim dar início ao terceiro semestre em que exerce tais funções, dentro do actual quadro de rotatividade institucional da União e depois das Presidências de 1992 e do ano 2000.

Nas duas circunstâncias anteriores, Portugal assumiu-se como um importante catalisador de consensos entre os seus parceiros, conseguindo alcançar os principais objectivos de aprofundamento do processo de Integração Europeia a que se propôs.

Na memória de todos quantos acompanham estas matérias, ficará necessariamente o êxito da última Presidência, a qual deixou num dos principais projectos em curso na UE – a Agenda de Lisboa - a marca indelével do nosso País.

Desta feita, porém, apesar de Portugal ter também um seu cidadão

na Presidência da Comissão Europeia – o que mais poderia potenciar o trabalho que será desenvolvido no próximo semestre -, existem sérios receios de que vários traços de carácter dos responsáveis do Governo Português possam pôr em causa o êxito desta nova Presidência.

As suspeitas de que esta poderá mesmo ser uma das mais polémicas e problemáticas Presidências da União Europeia poderão vir brevemente à estampa em diversos jornais internacionais, na sequência de um estudo eventualmente desenvolvido por uma equipa de investigadores do Instituto Universitário Europeu de Florença.

De acordo com o documento que estes docentes poderão ter produzido, e com base no método de experimentação laboratorial suportada na simulação virtual de cenários, pela mera transposição da realidade presente e passada para os vários enquadramentos futuros, avizinha-se um período turbulento no seio da União, com a probabilidade de eclosão de vários conflitos e com a estagnação ou retrocesso de vários dossiers.

Tudo poderá começar com o desabafo supracitado de um certo Comissário Europeu, durante o intervalo para café de uma das reuniões do Conselho Europeu para a Educação, que poderá ter lugar no Porto, perto das instalações da Direcção-Regional de Educação do Norte.

Na sequência, um diligente colaborador deste organismo, necessariamente versado na língua francesa, irá imediatamente reencaminhar via SMS tais declarações para quem de direito, tomando-as como uma tentativa de achincalhar o Primeiro-Ministro Português.

Cumprida toda a tramitação hierárquica e processual e claramente instigados pelas declarações de Jorge Coelho em mais uma “Quadratura do Círculo” – “- Quem se mete com Portugal, leva!” – os Deputados Socialistas no Parlamento Europeu poderão imediatamente convencer os seus pares do PSE de que se impõe a demissão de tal Comissário, sob a ameaça de uma moção de censura a toda a Comissão Europeia.

À margem de tal contestação, os vários responsáveis europeus serão surpreendidos pela proposta do nosso Primeiro-Ministro de remeter à Polónia uma das versões traduzidas das obras de Dante, a cargo do também Deputado Europeu Vasco Graça Moura. A ideia será dar aos responsáveis Polacos, 5 meses para proporem alterações ao texto em questão, sob pena de prevalecer a actual proposta de Tratado Constitucional que já mereceu o acordo dos demais Estados-membros. Aos mais incrédulos, José Sócrates irá mesmo affiançar: “-Se isto vai resultar na OTA, não havia de resultar aqui?”

No domínio das relações com Países Terceiros – outra das questões prioritárias da agenda da Presidência -, Portugal quase conseguirá dar início à Terceira Guerra Mundial. Tudo porque o Ministro Mário Lino irá aproveitar uma entrevista à Al Jazeera para dizer que o relacionamento com o Médio Oriente e o Magreb não é um problema para a União Europeia. Afinal, sustentará, “aquilo é um deserto, em que não há gente, não há escolas, não há hospitais, não há nada!”.

Em sentido contrário, o Ministro Manuel Pinho não hesitará em rotular de “muito importante”, a total abertura da Europa aos fluxos migratórios do Resto do Mundo, no decurso de uma visita à sede da Volkswagen em Wolfsburg. Só aí, assegurará, “atingiremos um nível de desemprego tal em que os salários cairão o suficiente para sermos competitivos no plano internacional e para podermos fazer face à ameaça chinesa”.

Ao que parece, a Presidência Portuguesa também não ficará alheia à contínua ameaça da “Gripe das Aves”. Todavia, o Ministro Correia de Campos irá surpreender os seus parceiros europeus ao substituir um quadro com os custos de um programa de vacinação generalizada pelas contas das poupanças imputáveis aos vários Serviços Nacionais de Saúde da redução de utentes associada a uma pandemia de impacto médio.

Ainda de acordo com este eventual estudo, nem tudo será mau na Presidência Portuguesa. As áreas da Cultura, Ambiente, Agricultura, e Segurança Interna serão mesmo apontadas como aquelas em que não haverá qualquer retrocesso no próximo semestre.

Ao que consta, os responsáveis nacionais irão tentar participar nas Cimeiras Europeias mas ser-lhes-á vedada a entrada pela empresa de Segurança contratada pelo Governo Português. Segundo se lamentarão alguns dos profissionais envolvidos nesta situação embaraçosa, “aquela cara não lhe era nada familiar, tanto que nunca a tinha visto no Contra-Inteligência”. – *Economista, vereador da câmara de Braga, Presidente da CPS de Braga do PSD*



Notícias dos Açores

# PSD/Açores entrega propostas Sobre Política Marítima Europeia à Comissão Europeia em Bruxelas

O PSD/Açores entregou hoje à Comissão Europeia o seu conjunto de propostas sobre a futura Política Marítima Europeia, anunciou esta quarta-feira o líder dos social-democratas açorianos.

“Cumprimos um propósito que tínhamos estabelecido, após um amplo debate interno e com associações de pescadores, e fizemo-lo depois de termos garantido que as nossas posições seriam defendidas pelo Partido Popular Europeu, o maior grupo político da Europa”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, à margem de uma reunião com dirigentes da Federação de Pescas dos Açores, que decorreu em Ponta Delgada.

Segundo o presidente do PSD/Açores, as propostas do partido “não contrariam propositadamente as do governo regional e assumem-nas”, mas em alguns aspectos “vão mais longe”.

Do conjunto de propostas dos social-democratas, Costa Neves destacou a necessidade de serem criadas “zonas protegidas até às “200 milhas” na Zona Económica Exclusiva dos Açores, de forma a garantir que as espécies existentes tenham uma “protecção especial” e sejam defendidos os interesses da pesca artesanal.

O presidente do PSD/Açores defendeu igualmente um “melhor conhecimento do mar” açoriano, dado que “Portugal tem poucos meios de investigação”, pertencendo a “maior parte” dos navios de investigação científica a “outros países”. “Precisamos de mobilizar esses meios ao nosso serviço e não de outros”, sublinhou.

O líder social-democrata acrescentou que outra das propostas defendidas pelo PSD/Açores é a criação de uma guarda costeira marítima europeia, um organismo capaz de fiscalizar todas as questões relacionadas com o mar, nomeadamente a pesca, poluição, terrorismo, tráfico de droga e imigração clandestina.

O Comunicado de Costa Neves

Futura Política Marítima Europeia: Os Açores e o Mar

Um contributo do PSD/Açores

## 1. O MOMENTO

Em 2007, ano em que se comemoram os 50 anos do Tratado de Roma, os Oceanos assumem uma importância ímpar e são agora alvo de uma atenção sem precedentes.

Em boa hora, o lançamento do Livro Verde – Para uma Política Marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares - em Junho de 2006, confrontou as instituições e os cidadãos europeus com a necessária reflexão sobre as potencialidades dos Oceanos e Mares europeus e sobre a configuração da futura política para a sua gestão, valorização e aproveitamento estratégico.

## 2. AS OPORTUNIDADES

A gestão sustentada dos Oceanos pressupõe uma visão global que integre políticas associadas às pescas, aos transportes, à competitividade, à energia, ao ambiente, à política regional, à investigação, ao turismo, à exploração de recursos minerais e a muitos outros domínios.

Estes objectivos interessam aos Açores e à Europa, e são determinantes para o futuro.

As regiões insulares como os Açores, podem e devem desenvolver “clusters marítimos” indispensáveis ao desenvolvimento científico, tecnológico e económico neste domínio.

O desenvolvimento de actividades económicas em sectores tão diversos como os Transportes, o Turismo, a Pesca, a Aquacultura, a Construção Naval e outros, permite diversidade e mobilidade profissional assinalável.

## 3. O CONTRIBUTO DOS AÇORES PARA A UNIÃO EUROPEIA

As águas açorianas representam a maior parcela da ZEE portuguesa, que por sua vez detém a maior ZEE da Europa.

Os Açores são mais mar do que terra. As actividades marítimas desempenham um papel crucial em termos económicos, sociais e culturais para os açorianos.

As condições bio geográficas dos Açores que, por um lado, representam a incontornável e permanente sujeição à insularidade e isolamento, são, por outro lado, uma significativa mais valia para a dimensão e desenvolvimento da economia



europeia.

Os Açores asseguram uma posição geoestratégica privilegiada, sendo peça fundamental do eixo Ibero Atlântico e factor determinante nas rotas comerciais entre a Europa e o Continente Americano.

Os açorianos são um povo do mar. O Mar, como nenhum outro factor, confere centralidade no mundo à Europa, a Portugal e aos Açores.

Os Oceanos são uma imagem de marca para Portugal e constituem para os açorianos a sua própria identidade.

## 4. AS PROPOSTAS

A Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional, que realizou algumas audições, já emitiu parecer sobre o Livro Verde da Política Marítima Europeia, na sequência do nosso saber científico e experiência histórica. Fê-lo em Julho de 2006.

Subscrevemos e apoiamos a substância do parecer que o Governo Regional já fez chegar à União Europeia.

Mas há mais para dizer e defender, quanto à visão açoriana sobre o Mar e a futura Política Marítima Europeia:

### A. A Pesca

Os Açores estão inseridos no grupo das 30 regiões da UE mais dependentes da pesca.

É imperioso que a nova Política Marítima Europeia considere a defesa dos interesses da pesca costeira e artesanal e das comunidades que dela dependem, respeitando de forma inequívoca o princípio da

subsidiariedade em todos os seus domínios.

Existem neste momento cerca de 522 espécies identificadas na ZEE dos Açores, mas apenas uma pequena parte representa interesse económico em termos de pescado. O aproveitamento do potencial pesqueiro tem de ser feito de forma mais abrangente.

### B. Protecção das Espécies

Refira-se que, apesar dos Açores possuírem a maior parcela da ZEE portuguesa, não possuem plataforma continental, o que se traduz numa maior sensibilidade no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos haliêuticos e na gestão ambiental.

Simultaneamente, quando a depauperação dos mananciais de pesca atingiu níveis alarmantes, será de todo desejável que a frota da União Europeia aprenda a pescar melhor.

Nesta matéria a Europa terá muito a aprender com a forma como se pesca nos Açores, tanto ao nível das artes de pesca selectivas, como ao nível da gestão responsável dos recursos haliêuticos.

Para o PSD Açores, a melhor forma de promover as soluções políticas de preservação do equilíbrio dos recursos haliêuticos passa por escutar e apoiar todos os que estão mais próximos destes recursos - os pescadores e as suas organizações - ou, no âmbito da nova Política Comum de Pescas, os Conselhos Consultivos Regionais para a Pesca.

Numa altura em que os mananciais

de pesca se encontram sobre-explorados, a solução recomendável passa por uma mais responsável forma de exercer a pesca e pela delimitação de áreas biogeográficas que promovam a sustentabilidade dos recursos. Tal visa a concretização de uma rede de protecção, para além das 100 milhas – pelo menos até às 200 milhas -, capaz de assegurar a preservação da bio diversidade marinha, ao mesmo tempo que protege a pesca artesanal, secularmente praticada pelos pescadores dos Açores.

Em qualquer caso, impõem-se urgentes e reforçados meios de fiscalização e combate à pesca ilegal, apelando-se, com eficácia, à utilização de artes de pesca selectivas que não comprometam a sustentabilidade dos recursos e dos ecossistemas.

### C. Conhecimento

Importante será também incentivar a promoção de programas que permitam cartografar, de forma mais precisa, as águas e os fundos marinhos, não apenas com o propósito de defesa dos interesses da pesca, mas também com o pensamento virado para outros domínios, como é exemplo a instalação de energias alternativas associadas ao ambiente marinho - parques eólicos marinhos, aproveitamento da energia das ondas e das marés, etc.

### D. Aquacultura

O recrudescimento de indústrias, como a Aquacultura offshore, pode ser uma opção para o desenvolvimento do sector haliéutico, sendo necessária a realização de estudos que permitam aferir a viabilidade da instalação de estruturas deste tipo.

### E. “Pescaturismo”

Os Açores possuem condições privilegiadas para a prática de actividades complementares à pesca propriamente dita, capazes de aumentar e diversificar as fontes de rendimento dos pescadores.

A “Pescaturismo”, a sua regulamentação, implementação e divulgação poderá constituir-se numa solução inovadora, com potencial para o crescimento económico.

### F. Vigilância Costeira

O PSD/Açores defende a criação de uma Guarda Costeira Marítima Europeia, capaz de monitorizar e fiscalizar, de forma integrada, todas as questões relacionadas com o Mar, entre outras, a pesca, a poluição, o terrorismo, o tráfico de droga e a imigração clandestina.

É imperioso garantir para a Europa um sistema de controlo e fiscalização mais eficiente, utilizando, para isso, a coordenação dos meios já existentes e outros que entretanto devem ser criados com recurso a



apoios europeus.

A União Europeia precisa de uma Política de Segurança e Defesa verdadeiramente adaptada ao seu actual e efectivo todo geográfico, que considere o Mar e a reforçada dimensão atlântica das suas fronteiras.

O futuro está no Mar!

Quatro freguesias do lado oeste de Angra estão sem médico

São quatro as freguesias do lado oeste da ilha Terceira que, “de há seis meses a esta parte”, se viram “privadas da prestação de cuidados de saúde regulares, ou seja estão sem médico”. A denúncia foi feita esta manhã pelo PSD de Angra do Heroísmo, que revelou terem sido as freguesias de Altares, Raminho, Santa Bárbara e Cinco Ribeiras “privadas



de um serviço médico do qual beneficiavam há longos anos”.

Segundo a presidente da Concelhia de Angra dos social-democratas, a situação é tão mais grave quando essa “prestação de cuidados de saúde e assistência a toda a população e, particularmente, aos idosos nas zonas mais afastadas do centro urbano de Angra, terminou sem qualquer aviso aos utentes e respectivas Juntas de Freguesia, nem tão pouco houve a apresentação de soluções alternativas”.

“Estas freguesias da zona mais a oeste do concelho de Angra do Heroísmo são localidades que apresentam cerca de 17% da população do concelho, mas não podem, por esse facto, ser esquecidas pelas entidades competentes. Mesmo porque são das freguesias de todo o concelho aquelas que apresentam maior número de pessoas com mais de 65 anos”, referiu Carla Bretão, acrescentando que “no entanto, há quase meio ano que estas freguesias estão sem médico”.

A líder da concelhia laranja acrescentou que “as freguesias de Santa Bárbara e Raminho apresentavam, em média, cerca de 20 pessoas por cada visita médica semanal à freguesia, sem contar com quem apenas pretende receita para os medicamentos diários. Além disso, algumas dessas pessoas possuem várias limitações físicas o que dificulta a deslocação. Já foi tornada pública uma grande preocupação entre a população pela falta de médico, e nota-se algum desespero, particularmente nos mais idosos, que já não sabem o que fazer quando lhe faltam os

medicamentos”.

Mas as críticas social-democratas angrenses estendem-se ainda à “diminuição dos Serviços da Segurança Social em todas as freguesias do concelho, com claro prejuízo para as localidades e para a população”. Segundo Carla Bretão “tudo é ainda mais estranho e condenável quando feito sem aviso prévio e tentando que passe despercebido aos cidadãos afectados. E sem tão pouco prestar qualquer informação aos Presidentes das Juntas de Freguesia, primeira pessoa a quem a população pede responsabilidades por tudo o que acontece, ou mesmo aos Presidentes das Casas de Povo onde, normalmente, tais serviços funcionam”.

“As pessoas precisam de saber com que é que contam”, disse Carla Bretão, sendo por isso necessário “que os responsáveis políticos assumam de uma vez por todas o que pretendem com os serviços descentralizados da segurança social e estabeleçam diálogo com as diferentes entidades. São inadmissíveis respostas como a que foi dada recentemente por um alto responsável da Segurança Social, insinuando que não tem de dar contas a qualquer Junta de Freguesia pelas decisões tomadas a este nível”.

A líder laranja no concelho de Angra quer saber se essas alterações infelizes “vão continuar, em que medida e sob que condições isso irá acontecer ou se, pura e simplesmente, vão desaparecer”.

Pois, segundo acrescentou “com tudo isto, Angra vai perdendo. As nossas freguesias estão a ser prejudicadas e os angrenses vão vendo os seus direitos postos em causa”, concluiu Carla Bretão.



Notícias do Algarve

# Governo insiste em concessionar exploração de hidrocarbonetos, ao largo da Costa portuguesa

O deputado pelo círculo algarvio, Mendes Bota, continua o seu combate contra a exploração de petróleo na costa Sul, tendo dirigido ao Presidente da AR o seguinte requerimento:

Apesar dos alertas que o signatário lançou, relativamente à concessão da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos nos denominados blocos 13 e 14, ao largo da costa sul do Algarve, frente à Reserva Natural da Ria Formosa, e a que o governo respondeu tardia e insatisfatoriamente;

Apesar de a eventual e futura exploração de hidrocarbonetos ao largo da costa portuguesa representar um óbvio risco ambiental, e não se vir a traduzir em petróleo ou gás natural a preços mais reduzidos para os consumidores portugueses, porquanto esses combustíveis fósseis pertencerão às empresas concessionárias, que os venderão no mercado internacional aos preços nele vigentes;

Apesar de existir uma generalizada e crescente consciência ambiental à escala mundial sobre os efeitos nefastos de uma economia global baseada em fontes de energia altamente poluentes, como é o caso do petróleo, que produzem dramáticas alterações climáticas que conduzirão o planeta para um destino trágico se não forem tomadas medidas profundas, o governo português persiste e insiste em amarrar o país a contratos de concessão de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, cuja duração se pode estender por mais de meio século;

Apesar de tudo isto, e muito mais que aqui não se reproduz, para poupar espaço ao Diário da Assembleia da República, o governo prossegue na sua senda autista, de fazer a felicidade dos grandes consórcios da indústria do petróleo e afins, sem contrapartidas minimamente significativas para o nosso país.

Em Fevereiro de 2007, deram à costa informativa portuguesa, algumas notícias segundo as quais o governo teria assinado três contratos com um consórcio composto pela empresa australiana Hardman Resources e pelas empresas portuguesas Partex e Galp, concessionando a pesquisa e a exploração de hidrocarbonetos ao largo da Costa Vicentina, abrangendo o Alentejo e o Algarve.



Segundo a imprensa da época, o negócio terá sido feito por ajuste directo, sem que se tivesse vislumbrado vantagem de abertura de concurso público, o que desde logo poderá levantar sérias, e seguramente injustas, suspeitas de favorecimento de interesses privados à conta de recursos públicos, o que não se poderá tolerar, atenta a irrepreensível e intocável seriedade e integridade dos intervenientes, em negócio tão suculeto.

Porque, e sempre a fazer fé no que a imprensa escreveu de forma nunca desmentida, existirá até uma prolongada fila de outros pretendentes a reclamar a sua parte no filão, com destaque para a Repsol e a RWE (porventura ainda insaciados com as posições adquiridas frente ao Parque Natural da Ria Formosa), e para o já mundialmente famoso potentado brasileiro que dá pelo nome de Petrobrás, cujo vasto currículo nesta matéria é caso merecedor de estudo e de espanto, impõe-se esclarecer toda esta situação, e fazer algumas perguntas que V. Exa., senhor Presidente da Assembleia da República, no cumprimento das disposições constitucionais, legais e regimentais, se encarregará de transmitir ao governo, na esperança de obter as correspondentes respostas, antes que a presente legislatura dê o seu último suspiro, se possível, antes mesmo que algum dos poços

prospecionados dê o seu primeiro espirro de hidrocarbonetos.

1- É ou não verdade que o governo assinou com o consórcio da Hardman Resources, da Partex e da Galp, três contratos para a pesquisa e a exploração de hidrocarbonetos em águas profundas ao largo da Costa Vicentina, sem recurso a concurso público?

2- Porque razão fez a adjudicação por ajuste directo, em vez de concurso público, e que vantagens advêm para Portugal por via dessa opção?

3- Quais as áreas abrangidas pela concessão, sua localização exacta, e qual a distância mínima a que se encontram da costa portuguesa?

4- Quais as contrapartidas, exactas e discriminadas, que revertem para o Estado português e que constam dos referidos contratos, aqui se incluindo todas as rendas, royalties, prestações, ou outras, financeiras ou de outra espécie, quer para o petróleo, quer para o gás natural?

5- Qual a duração máxima dos contratos, e respectivas fases e possíveis prorrogações?

6- Há algum preço preferencial para o Estado português na aquisição do petróleo ou do gás natural que vier a ser produzido ao abrigo destes esperanzosos contratos?

7- Existe neles alguma cláusula de flexibilidade que permita ao Estado português, e aos governos futuros, após a fase de pesquisa, reservar-se o direito de não autorizar

o início da fase de exploração, se entretanto as opções políticas e energéticas, ou as circunstâncias da altura, desaconselharem este tipo de actividade?

8- Foram exigidos previamente, ou para quando está prevista essa exigência, Estudos de Impacto Ambiental, relativamente às actividades abrangidas pelos contratos em referência?

9- Caso um desses eventuais Estudos de Impacto Ambiental venha a desaconselhar alguma das actividades abrangidas nestes contratos, foram salvaguardadas as condições para que as mesmas sejam interrompidas, sem que haja lugar a pesadas indemnizações por parte do Estado português relativamente aos concessionários?

10- Caso venha a verificar-se algum acidente nas actividades consentidas por estes contratos, e que tenha consequências negativas para o meio ambiente e para as actividades económicas ribeirinhas, quais as garantias indemnizatórias dadas pelos concessionários?

11- Não se considera esta política contínua de concessão da pesquisa e da exploração de combustíveis fósseis, contraditória com a filosofia e a política de promoção de fontes energéticas alternativas, limpas e recicláveis levada a cabo pela outra parte do actual governo? - **Gab. Imp. GP/PSD-AR**

## OBRAS NOS PORTOS DE PESCA DE ALBUFEIRA E QUARTEIRA VÃO AVANÇAR

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, fazendo o balanço da recente visita do Grupo Parlamentar do PSD à Região, congratulou-se, desde logo, com o resultado prático e positivo da mesma, a qual contribuiu para fazer avançar duas obras importantes, e que se encontravam bloqueadas no gabinete da Secretária de Estado das Obras Públicas.

Factos são factos, e em política são raras as coincidências. Desde 26 de Abril de 2006 que estavam publicados em Diário da República, os concursos das empreitadas de construção das instalações terrestres dos Portos de Pesca de Albufeira e de Quarteira.

Trata-se da construção de edifícios de carácter definitivo, tais como lotas, UMAP's, armazéns de aprestos, postos de transformação, oficinas, salas de geradores de emergência, depósitos de lixo, depósitos de água, edifícios de apoio administrativo, portarias, além das redes de águas, arranjos exteriores, instalações eléctricas e de segurança.

Ou seja, tudo aquilo que é indispensável para dar condições de trabalho condigno aos pescadores e empresas do sector, e melhores condições de higiene e salubridade para o peixe vendido aos consumidores.

No caso de Albufeira, é flagrante o contraste entre a urgência com que se abriu o canal que serve a Marina privada, e a displicência com que se tem encarado os problemas dos pescadores.

Em Quarteira, as promessas incumpridas têm sido tantas, que a própria Associação dos Pescadores de Quarteira decidiu este ano não organizar as tradicionais festividades do Dia do Pescador, em sinal de protesto.

Tudo continuava na gaveta, segundo foi transmitido, a aguardar

uma alteração orçamental, o que é uma fraça desculpa, pois as alterações orçamentais são dos actos de governação mais triviais e quotidianos.

A verdade é que, mal teve conhecimento da intenção do Grupo Parlamentar do PSD em visitar os Portos de Pesca de Albufeira e Quarteira, a Secretária de Estado apressou-se a despachar a adjudicação das empreitadas em causa, três dias antes da concretização da visita, fazendo veicular para dois jornais diários notícia do acto.

Este comportamento era previsível e aguardado, e bem cumpriu o PSD o seu papel de oposição pela positiva, pressionando o governo para cumprir os seus compromissos. Agora, aguarda-se o arranque das obras, no terreno.

O PSD/Algarve saúda os deputados eleitos pela Região, Mendes Bota e Pereira da Costa, por terem incluído Albufeira e Quarteira no itinerário do Grupo Parlamentar. Valeu a pena.

Lagoa, Vila do Bispo, Albufeira, Quarteira e Parque das Cidades, foram os locais visitados. Saúde, Ordenamento do Território e Pescas, foram os principais temas que mereceram a atenção dos deputados.

Em Lagoa, a principal conclusão do colóquio sobre a Gestão do Litoral do Algarve, foi a necessidade de criar em Portugal uma entidade similar ao "Conservatoire du Litoral", existente em França, ou seja, uma política costeira nacional, com gestão descentralizada para as autarquias regionais e locais.

Vila do Bispo não pode continuar a ser uma reserva ecológica em 97% do seu território, e ter investimento público zero, como contrapartida.

O Centro de Saúde de Albufeira tem 12.000 utentes sem médico de família, e um défice de 7 a 8 médicos.

O Laboratório Regional de Saúde Pública não pode continuar fechado, nem o lote destinado ao INEM no Parque das Cidades pode continuar vazio.

Do Hospital Central do Algarve, a constatação de que não passa de estudos, promessas e papel. - **Comissão Política Distrital do PSD/Algarve**



## Notícias de Braga

# Responsáveis do PSD reuniram com Confraria do Bom Jesus numa visita à Maior Maravilha de Braga"



O líder da Coligação "Juntos por Braga", Ricardo Rio (PSD), vereador e presidente da CPS local, a Vereadora Filomena Bordalo e os Deputados Municipais do PSD João Granja e Carlos Moreira deslocaram-se há dias ao Bom Jesus de Braga, onde reuniram com os responsáveis da Confraria do Bom Jesus.

Numa altura em que este espaço nobre do nosso Concelho acaba de voltar a ver reconhecido o seu valor para os Bracarenses na eleição recentemente promovida pela ASPA, os Autarcas da Coligação aproveitaram para se inteirarem dos investimentos efectuados naquela estância turístico-religiosa, dos projectos em curso e dos apoios que têm sido disponibilizados pelas diversas instituições públicas.

Revelando-se um habitual utente de um dos últimos pulmões do nosso Concelho, Ricardo Rio saudou os melhoramentos introduzidos nos diversos espaços públicos, o esforço de manutenção e limpeza do espaço e a aposta na preservação do património.

Exemplos deste esforço que em boa hora foi encetado pela Confraria, com os apoios do Fundo do Turismo e em parceria com agentes privados, são a recuperação do Hotel do Lago – encerrado há quase meio século – e o aproveitamento da Colunata na envolvente do Salão de Chá.

Uma vez assegurada a capacidade hoteleira para sustentar uma maior

procura de operadores turísticos nacionais e internacionais, a Confraria está a apostar na requalificação dos espaços e na valorização do edificado existente, como se pode observar na transformação da Loja das Estampas e na criação de um Museu nesse edifício.

No conjunto da Estância do Bom Jesus, é hoje pertinente sensibilizar a população para as responsabilidades na manutenção do património e na preservação da limpeza do espaço e informar os visitantes das várias alternativas de circulação e estacionamento existentes, de forma a evitar os habituais congestionamentos junto ao adro da Igreja do Bom Jesus do Monte.

Também nesta ocasião, Ricardo Rio assegurou ao Pe. Cândido Barbosa e aos demais elementos da Confraria presentes que a Gestão da Câmara Municipal de Braga que quer protagonizar irá assumir uma postura de total colaboração e apoio aos esforços da Confraria, no sentido de promover, valorizar e dinamizar este importante pólo de fruição e atracção turística do Concelho.

Entre as múltiplas iniciativas que o líder da Coligação considerou deverem ser desenvolvidas em parceria com as entidades hoteleiras existentes encontram-se o fomento da actividade desportiva para todos e a promoção de eventos de cariz cultural. - **CPS/PSD-Braga**

Notícias de Cascais

## II Bienal da Prata em Cascais encerrou com “Mesa Redonda” na Casa de Santa Maria

“ A prata no objecto de Arte” foi o tema da mesa-redonda que reuniu no dia 26 de Junho, na Casa de Santa Maria, em Cascais, diversos artistas plásticos de renome, com trabalhos expostos na II Bienal da Prata, mostra que encerrou neste dia.

Organizada pela Associação Bienal da Prata, a mesa-redonda tem por objectivo promover, valorizar e divulgar a tradição da indústria da prata em Portugal, incentivando a sua renovação, e conta com a participação de Bernardo Pinto de Almeida, da Fundação Joe Berardo, além de arquitectos e designers portugueses como Albuquerque Mendes, Ângelo de Sousa, Graça Sarsfield e Manuel Casimiro, cujos trabalhos se

encontram representados na exposição.

Na II Bienal da Prata, que decorreu desde o passado dia 6 de Junho, estão patentes peças de joalharia e «design» da autoria de arquitectos e artistas portugueses de nomeada, como Ângelo de Sousa e Armando Alves, Alberto Carneiro ou Álvaro Siza Vieira, Julião Sarmento, Manuel Casimiro, Eduardo Souto de Moura, Pedro Cabrita Reis, José Pedro Croft, Graça Sarsfield, Albuquerque Mendes, Álvaro Leite Siza Vieira, Paulo Lobo, Baltazar Torres e Miguel Palma.

– Gab. Imp. CMC



Notícias de Aveiro

## Conferência “Os Media e a Arquitectura”

A Câmara Municipal de Aveiro informa da realização da conferência “Os Media e a Arquitectura”, com Cristina Cordeiro e Valdemar Cruz, no dia 29 de Junho, pelas 21.30 horas, no Espaço A – Casa Municipal da Cultura (Praça da República – Aveiro).

A conferência que contará com as presenças de Cristina Cordeiro, directora da Revista “Cubo” e Valdemar Cruz, jornalista do “Expresso”, surge no âmbito da Exposição “Confrontos – Exposição de Fotografia / Arquitectura” de Manuel Aguiar e Lopes da Costa, que se encontra patente até 8 de Julho, no Espaço A. O horário da exposição é de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, com entrada livre.

A exposição é constituída por 115 fotografias de obras recentes do arquitecto José Lopes da Costa. As imagens pertencem ao fotógrafo Manuel Aguiar.

“(Re)verso

Entre a serenidade das rectas e a intensidade dramática de céus repletos de nuvens, entre a serenidade de um ângulo e a vertigem de um azul profundo, o olhar do fotógrafo desafia o objecto arquitectónico e conduz o nosso para uma nova composição. Tudo isto se faz de uma forma subtil. Como um namoro. Cada imagem redescobre uma outra perspectiva ou um detalhe que, isolado do contexto, assume novos significados. Neste diálogo de sensibilidade se recria uma outra dimensão do real. Um confronto? Sem dúvida. Mas mais do que isso, um percurso. Uma leitura da obra recente de José Lopes da Costa pelo olhar de Manuel Aguiar” – Cristina Cordeiro.

“Poética

1. O olhar parece por vezes difuso, perdido no longe à procura de um ponto, de uma linha singular capaz de construir a unidade imaginária. Não é um olhar nu. Não é um olhar despido de ilusões. Intermediado por biombo transparentes, regista eternamente a fugaz passagem do tempo.

2. A mão como extensão do olhar. Os riscos não são apenas riscos. Surgem como metáforas. Materializam-se no concreto trabalho da obra, onde o nada passa a ser um todo.

Arquitectura, diz-se.

3. Nas imagens de um a partir das construções do outro despontam diálogos, múltiplas leituras.

Confrontos, diz-se.” – Valdemar Cruz.

Notícias de Beja

## Mário Simões denuncia situação de incompatibilidade no município de Alvito

Mário Simões, Vereador eleito pelo PSD e em exercício no executivo camarário do Município de Alvito, endereçou uma exposição a diversas instituições, denunciando uma relação comercial existente entre a Empresa “Manuel & José de Carvalho, lda”, que é propriedade dos irmãos Raul e Manuel de Sousa Carvalho, Vereador e Presidente da Assembleia Municipal, respectivamente, e o Município de Alvito.

A proibição legal da relação comercial referida, e as respectivas consequências legais, vem consignada no regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, pelo que, entendeu o Vereador Mário Simões solicitar o desenvolvimento do processo adequado às instituições abaixo referenciadas:

Procurador Adjunto do Tribunal Judicial de Cuba; Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja; Director Nacional da Polícia Judiciária; Presidente do IGAT; Presidente da IGF; Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

Para o Vereador eleito do PPD/PSD, o que está em causa não é um ataque pessoal a ninguém, mas sim o cabal esclarecimento de uma situação de ilegalidade consubstanciada na Lei n.º 64/93 de 26 de Agosto, e pela qual têm de ser apuradas responsabilidades.

Segundo Mário Simões, os titulares de cargos políticos devem ser um exemplo de seriedade, transparência e honestidade política. A sua conduta deve ser referenciada publicamente como um exemplo a seguir.

- CPS/PSD-Alvito

Notícias da Madeira

# Discurso de Alberto João Jardim ao tomar posse como Presidente Regional ante a Assembleia Legislativa madeirense

Após a sua clara vitória por maioria absoluta nas eleições da Madeira, Alberto João Jardim, ante a nova Assembleia Legislativa Regional, tomou posse como Presidente do Governo Regional e proferiu o seguinte discurso:

O X Governo Regional da Madeira toma posse ante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma, representante da vontade democrática do Povo Madeirense, de cuja confiança depende e à Qual, nos termos do Estatuto Político-Administrativo, apresenta o Programa de Governo, sob a forma de Moção de Confiança.

Para nós, o Estatuto Político-Administrativo é a lei hierarquicamente superior neste território autónomo, apenas se subordinando à Constituição da República. Pelo que a respectiva violação, tentada por alguns Órgãos do Estado depois da sua aprovação por unanimidade e aclamação na Assembleia da República, não passa de uma subversão grosseira do Estado de Direito democrático que a República deveria ser, não passa de um autêntico “golpe de Estado” que as Instituições que fazem Portugal, de modo algum podem consentir.

Em 2009, é legítimo a Região Autónoma da Madeira propor uma revisão da Constituição da República, consagrando o Princípio da Unidade Diferenciada. Para que este território, por um lado reforce a Unidade Nacional, em termos de reserva de competência legislativa da Assembleia da República, nas matérias que são essência indiscutível de tal Unidade. E, por outro lado, sejam deixadas à competência desta Assembleia Legislativa da Madeira, todas as restantes matérias, agora absolutamente imprescindíveis para continuar a alavancar o Desenvolvimento Integral de todos e de cada um dos nossos Cidadãos.

É ilegítimo e inadmissível que, por um lado, se afecte a Unidade Nacional através de considerações impróprias e geralmente mentirosas, sobre os custos financeiros da Madeira para a Pátria comum. Mas, por outro lado, se negue a este território autónomo, o Direito a instrumentos que nos permitam gerar mais riqueza e mais Justiça Social.



Deixemo-nos de brincar aos Partidos e, de uma vez por todas, que se dê prioridade ao Interesse Nacional!

Cumprimento todo o Povo Madeirense. Tanto agradeço a Todos os que maioritariamente sempre me deram a sua confiança, como aos que sempre, ou algumas vezes, ma recusaram. O normal funcionamento das Instituições Democráticas na Região Autónoma, às vezes deturpado por dolo ou covardia política, de todos precisa, com todos conta.

Saúdo os Senhores Deputados eleitos pelo Povo Madeirense, a Todos garantindo respeito pela Sua representatividade, bem como o cumprimento da Constituição, do Estatuto e das leis. Estatuto cuja alteração apenas se justifica após a revisão constitucional de 2009.

Na Pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, cumprimento o Cidadão íntegro, o Homem de Estado, o Político competentíssimo e o Amigo leal de todas as horas.

Nesta ocasião, saúdo também todos os presentes nesta cerimónia,

Entidades Oficiais ou não, interpretando a Vossa presença, não apenas como um incentivo amigo às responsabilidades que agora me acrescem, mas sobretudo como uma louvável atenção necessária, à vida da “res publica”.

Saudação a Luís Marques Mendes

Saúdo todos os Portugueses de fora deste território, em particular o meu Companheiro, Dr. Marques Mendes, a cuja amizade, conselho e lealdade muito devo, até no facto de hoje nos reunirmos nesta cerimónia.

Pode Sua Excelência o Senhor Presidente da República, contar com o trabalho e a lealdade do Governo Regional da Madeira, em prol do Interesse Nacional, incluso quando seja mais difícil a razão ter de contrariar o coração.

A Sua Excelência o Senhor Representante da República, também o nosso compromisso de procedimento leal e recto, expressando aqui o meu reconhecimento pela maneira rigorosamente independente e competente como vem ajudando o Desenvolvimento Integral do nosso

arquipélago.

Ao Governo da República, digo que pode contar com toda a colaboração e diálogo por parte deste Governo Regional da Madeira, pois estamos todos apostados no Bem Comum de Portugal e, nesta óptica, encontramos um plano de entendimento que vai desde a Ética à execução das políticas diferentes.

Ao longo destes anos, os Governos Regionais da Madeira procuraram desenvolver uma Política assente na Doutrina Social da Igreja Católica, bem como participar num esforço ecuménico que está intrínseco ao espírito do nosso Povo.

A Pessoa Humana é a razão da existência do Estado, da Região ou da Autarquia, é o prioritário hierárquico de todas as prioridades

. Daí que os pilares fundamentais da política dos meus Governos, se continuem a traduzir em Democracia, Autonomia e Socialização.

Sem Princípios e Valores, não teremos Causas.

O sucesso da Região nestas décadas, foi possível porque tivemos e temos Causas, por Elas esgrimimos

e lutamos.

As diversas Religiões, e muito especialmente a Igreja Católica pela sua representatividade e pelo que fez pelo nosso Povo ao longo de séculos, podem contar com a cooperação e rigoroso respeito por parte deste Governo.

As Forças Armadas são emanção do Povo Português. São a garantia do regime democrático e da Constituição da República. Por isso, são a garantia, também, da Autonomia Política da Madeira, bem como de um futuro seguro para os Portugueses. Podem contar com a continuidade de toda a nossa colaboração, bem como manifesto todo o reconhecimento pela ajuda que vêm prestando ao Povo Madeirense.

Saúdo todas as Instituições de Solidariedade Social e de Educação, muito grato por toda a respectiva Obra neste arquipélago.

Uma palavra especial para a Universidade da Madeira, aposta de todos os Madeirenses, base indispensável na construção articulada do nosso futuro, e esperança de importante contributo para o robustecimento científico e cultural consolidado, no nosso território autónomo.

Aos Tribunais, reitero os nossos compromissos de rigoroso respeito pela Sua independência, garantes que também são da observância das normas que constróiem a Autonomia Política da Madeira e asseguram os Direitos, Liberdades e Garantias individuais dos Madeirenses e Portossantenses. E olho os Tribunais como Instituições empenhadas na concretização da Justiça e menos presas a meros conceitos de aplicação literal da inflação legislativa que subverte a Democracia portuguesa.

Aos Senhores Autarcas na Região Autónoma, os meus respeitosos cumprimentos e admiração ante as dificuldades de que se reveste a Vossa altíssima Missão. Porque sois os mais diários e próximos intérpretes do sentir do Povo, o Governo Regional prosseguirá em colaborar, ouvir e trabalhar convosco, intimamente solidário nas causas que nos são comuns.

Quero, aqui, agradecer publicamente a todos os Senhores Deputados pela Madeira no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, todo o vosso trabalho em prol da Região, que não traisse a confiança em Vós depositada.

Aos meus queridos Colaboradores que são a Função Pública, muito e muito obrigado por todos estes anos de Trabalho e o meu pedido para que continuem a nos ajudar, da mesma maneira que, nestes trinta anos, tanto contribuístes para o progresso desta nossa terra.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

**«Demiti-me, por não poder cumprir o Programa de Governo a que me comprometera, no prazo**



**fixado de 2008. As causas são conhecidas de todos. Não vou repetir queixumes legítimos, falar de injustiças indecorosas»**

Todos sabem porque me demiti. Entendo que um Programa de Governo é uma coisa muito séria. Entendo que os Políticos têm de honrar a sua palavra. E se sempre assim fosse, Portugal estaria muito melhor.

Demiti-me, por não poder cumprir o Programa de Governo a que me comprometera, no prazo fixado de 2008. As causas são conhecidas de todos. Não vou repetir queixumes legítimos, falar de injustiças indecorosas.

Os tempos, ao menos por parte do meu Governo, são de apaziguamento, Esperança e diálogo. Não seremos nós, os infractores.

Agora, queremos concretizar até 2011, o Programa de Governo entregue na Assembleia Legislativa da Madeira. Queremos lançar os alicerces para uma mudança estável do ciclo económico. Queremos propor legislação que aproveite o ainda pouco que a tímida revisão constitucional de 2004 faculta. Queremos, agora com legitimidade democrática reforçada, apresentar novas propostas aos Órgãos de Estado. Queremos preparar a indispensável revisão constitucional de 2009.

Neste sentido e face ao positivo destes últimos anos, em nome da estabilidade, da responsabilidade e da necessidade da competência provada, bem como do imprescindível conhecimento dos “dossiers” e do respectivo andamento, decidi manter a anterior composição do Governo Regional, bem como a do meu Gabinete.

Infelizmente, o João Carlos Abreu

manifestou-me indisponibilidade para continuar.

Quero agradecer publicamente quanto tanto pessoalmente Lhe devo. Quanto tanto a Madeira e o Povo Madeirense Lhe devem.

Muito aprendi com João Carlos Abreu. Sobretudo com a sua filosofia de vida, com o seu Amor ao Próximo permanentemente praticado, com a sua lição de Tolerância para com todos. Muito bebi e me fascinei com a sua enorme bagagem cultural, com o seu desprendimento pelos bens materiais, com o seu desprezo caritativo pela mediocridade.

Poeta dos grandes da Literatura Madeirense, filantropo permanente da nossa terra à qual propicia legado importante, militante do profissionalismo rigoroso, aquilo que é hoje a Economia e o Turismo da Região Autónoma, muito é seu Trabalho e dedicação.

João Carlos Abreu, na Cultura, soube dar grandes passos que quebraram as amarras da estagnação, do imobilismo e dos preconceitos do passado. Permitiu, inclusive, que o arquipélago, no domínio do equipamento em bens destinados às actividades culturais, possua um património que faz inveja ou ombreia com qualquer das cidades europeias desenvolvidas.

A sua Criatividade revolucionou completamente o Turismo da Região e desenvolveu o novo conceito da inseparabilidade entre os turistas e as suas motivações da nossa população, o conceito da interactividade entre a Cultura dos visitantes e a Cultura regional.

Fez de uma terra tradicionalmente triste, uma comunidade onde há felicidade de viver, onde há o culto da qualidade e onde existe uma concepção de libertação assumida individualmente.

Como membro do grupo no Governo, foi sempre totalmente disponível, amigo a cem por cento, exemplarmente leal e dinamizador insubstituível do espírito de equipa.

Obrigado por tudo, João Carlos Abreu!

Que a Madeira Te saiba merecer!  
Contamos sempre Contigo.

Na formação deste Governo, não posso deixar de dizer que tive presente o grande desafio futuro que é a questão dos Transportes, particularmente nos aspectos que se relacionam com uma ainda maior dinamização do sector Turismo.

«Não se admitem perdas de tempo com conversa, por muito “politicamente correcta” que ela seja tida noutras paragens. Temos de ser, económica e não politicamente, uma Singapura no Atlântico!»

A ultraperiferia da Madeira e do Porto Santo, em termos de riqueza própria, só tem o clima, a paisagem, o Ambiente, numa orografia profundamente hostil. Tem, sobretudo, a inteligência do Povo, a ter de se aplicar no domínio das novas Tecnologias e dos novos Serviços. Há que saber aproveitar e desenvolver o pouco que temos, sem teorizações exibicionistas, racionalmente, e com um sentido prático e utilitarista da Vida.

Não se admitem perdas de tempo com conversa, por muito “politicamente correcta” que ela seja tida noutras paragens.

Temos de ser, económica e não politicamente, uma Singapura no Atlântico. Temos de nos ver livres dos que a tal obstarem. Nunca seremos ricos. Mas podemos ser felizes, se mantivermos e aperfeiçoarmos a nossa Qualidade de Vida.

Por outro lado, também na



formação do Governo, tive em conta que devemos nos empenhar mais, em enfrentar a problemática da Terceira Idade, já que, infelizmente, também temos por cá um envelhecimento crescente da população e uma redução da natalidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Substancialmente, as recentes eleições não foram a habitual mera disputa entre Partidos candidatos à governação. Foram, sim, uma resposta à pergunta que eu vinha colocando ao longo do tempo: “Afinal, o que quer o Povo Madeirense?”.

Claramente, o Povo Madeirense plebiscitou a Autonomia Política, a sua defesa e a sua necessária evolução.

Assim se fará.

O que legitima também a nossa inflexibilidade futura para com tudo o que signifique centralismo ou solidariedades com este.

Conto com todos para percorrermos este caminho. Mas não é com agressões e desconsiderações pessoais que se o trilha, não é com mentiras e distorções, frutos de catarses de patologias individuais.

Os pequenos estilhaços a que está democraticamente reduzida a Oposição regional, por vontade soberana do Povo, obrigam o meu Governo a ser firme nos objectivos, a par de todos ouvir. Haja, ao menos, pudor por parte de todos, incluso do Governo, para percebermos que se as últimas eleições não foram o “fim da História”, também, para já, cada um se deve colocar, ou ser colocado, na posição em que democraticamente o foi.

Por outro lado, cabe a todos os Autonomistas, e em particular à Maioria política, pensar, com serenidade e inteligência, 2011.

A maturidade cívica que as recentes eleições regionais traduzem, obriga a que, de uma vez por todas, abandonemos qualquer complexo de

menoridade ou qualquer atitude boquiaberta, ante toda e qualquer outra sociedade desenvolvida, e, sobretudo, em relação a Lisboa.

A República Portuguesa é hoje um caso de profundo défice democrático, é por culpa Sua que não ultrapassa os problemas que a Si própria criou. Não fomos nós a causa de tal Situação e nada queremos vir a ter com isso, a não ser a nossa disponibilidade para ajudar a mudar a Pátria comum.

Seguiremos empenhados no projecto necessário da Integração Europeia.

Mas a União Europeia peca por estar a criar um grande vazio no domínio dos Valores, mais apontada aos planos da Economia, do consumismo e do materialismo.

Em todo o espaço europeu, peca pela não uniformidade da legislação sobre Direitos, Liberdades e Garantias individuais e sobre coesão social.

Peca pela falta de correcta descentralização política no seu território, afastando assim, cada vez mais, os cidadãos, do grande Projecto Europeu.

Peca por Lhe faltar uma lógica de fronteira exterior, assim fragilizando as suas produções económicas, os seus hábitos sociais legítimos e a solidez da Sua Cultura.

Peca por teimar em manter de fora, a Turquia e a Rússia, ambas com um acervo cultural e civilizacional que são parte da Europa.

Peca pela visão orçamentalista que os tecnocratas de Bruxelas impõem a todos os Estados-Membros, errada e indiscriminadamente não olhando aos diferentes graus de desenvolvimento de cada um Destes, retirando competitividade à União Europeia em relação aos outros blocos económicos mundiais, e arrefecendo, assim, o crescimento económico, bem como o progresso social.

Há, pois, que a Madeira estar

atenta, nos próximos anos, ao que se vai passar na Europa e no mundo, devendo estar sempre preparada para, em quaisquer circunstâncias, não temer assumir as decisões que pragmaticamente se imponham.

Em suma e para concluir.

Preocupemo-nos, sim, em nos defender das hostilidades e adversidades externas, bem como das mediocridades e invejas internas.

Não gastemos energias, nem percamos tempo, a nos intrrometer na vida de cada Madeirense e Portossantense, nem em policiar ridiculamente o comportamento de cada um, por muito que o Estado português viva subtilmente a tentação policial.

O adversário está sempre lá fora.

Temos de nos ajudar uns aos outros.

Pessoalmente, paguei um duro preço público, em Portugal, por defender os Direitos do Povo Madeirense.

Não me arrependo.

Estou bem, assim, com a minha consciência. Fiz a opção certa.

E como acabo sempre os discursos de posse, desde a primeira vez, com a única promessa que posso fazer.

E como essa promessa se resume à palavra “Trabalho”, faço desta, o final da minha última posse como Presidente do Governo Regional da Madeira. – **AJJardim**

Comunicado Final do Conselho Regional da Madeira do PSD

1. O Partido Social Democrata da Madeira, consciente das responsabilidades que resultam das eleições de 6 de Maio passado, agradece ao Povo Madeirense a confiança substancial que recebeu para prosseguir firmemente nas Causas da Democracia, da Autonomia Política e da Socialização.

O futuro afigura-se difícil.

Mas a religitação democrática, tão maioritariamente expressa, obriga o PSD/Madeira a persistir, como sempre e mais ainda, na defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias de todos e de cada um dos Madeirenses e Portossantenses.

Não transigiremos.

2. O Conselho Regional afirma a sua plena confiança em todos os Deputados eleitos por proposta do Partido Social Democrata, certo de que, firme e permanentemente, cumprirão os respectivos mandatos nos termos agora referendariamente plebiscitados pelo eleitorado da Região Autónoma.

O Grupo Parlamentar social-democrata, na sua lógica de autonomista ante o Estado português, ocupa a esquerda do hemiciclo da Assembleia Legislativa da Madeira, por contraposição aos Partidos de orientação conservadora integrista.

O Conselho ratifica as escolhas, justas, para a composição da Mesa do Parlamento madeirense e manda o Grupo Parlamentar para proceder às modificações regimentais que reforcem a operacionalidade, a qualidade, a proporcionalidade democrática e o prestígio do Órgão primeiro de governo próprio da Região Autónoma.

3. O Conselho Regional da Madeira do Partido Social Democrata ratifica também a escolha do companheiro Alberto João Jardim para presidente do Governo Regional agora empossado, bem como os seus critérios de composição do novo Executivo madeirense.

Expressa a convicção de que, assim e apesar das dificuldades injustas movidas do exterior do território autónomo, prosseguirá a Revolução Tranquila que modificou radicalmente o arquipélago nos últimos trinta anos, não hesitando em conduzir o processo autónomo e de Desenvolvimento Integral, nos

âmbitos que se forem revelando necessários.

4. O Conselho Regional, reconhecido, louva os Altos Serviços prestados ao Estado, à Região Autónoma e às grandes Causas do Partido Social Democrata, pelo Companheiro João Carlos Abreu, Vice-Presidente da Mesa, que agora, legitimamente, optou por não querer continuar em funções governativas.

Opção que o Partido Social Democrata entende não dever afectar a continuidade da sua devoção cívica à nossa Região, a qual se nos revela imprescindível para o reforço da concretização dos nossos Ideais comuns.

5. O Conselho Regional da Madeira do Partido Social Democrata mantém toda a sua convicção no papel moderador, cooperante e de garante do Estado de Direito, de que o Senhor Presidente da República está investido. O conceito de Estabilidade é geral, pelo que deverá ter em conta não apenas as relações com o Governo da República, mas com todos os planos e níveis institucionais da vida nacional.

Daí que o Partido Social Democrata da Madeira expresse a sua satisfação, também pelo facto de a apreciação da denominada “lei das incompatibilidades para a Região Autónoma da Madeira” ter sido remetida ao Tribunal Constitucional.

6. O Conselho Regional solidariza-se com as Câmaras Municipais da Região Autónoma que optaram por suspender os PDMS.

Decisão responsável e necessária

Trata-se de uma decisão responsável e necessária, na medida em que tais instrumentos de governabilidade não podem ser lucubrações erradas, alheias às reais necessidades do Povo Madeirense, mas antes meios de harmonizar o desenvolvimento económico com a defesa necessária do Ambiente e da Paisagem.

7. Nesta matéria e noutras, urge a Assembleia Legislativa da Madeira e o Governo Regional inovarem legislativamente, tanto quanto ainda o propicie a flácida revisão constitucional operada em 2004.

8. Portugal vai iniciar mais uma presidência da União Europeia. O Partido Social Democrata da Madeira manifesta toda a sua disponibilidade para cooperar com o Governo da República em tudo o que for considerado de útil e de prestigiante para o País.

No caso de um novo Tratado Europeu com texto mais reduzido, lembra que não podem deixar de estar acautelados os Direitos já a tanto custo reconhecidos às Regiões Ultraperiféricas.

9. No domingo, 29 de Julho, no Chão da Lagoa, realiza-se a Festa da Autonomia.

É uma Festa de todo o Povo Madeirense, independentemente das

opções políticas e eleitorais de cada um, à qual o PSD/Madeira, apesar do último resultado eleitoral, retira qualquer significado triunfalista.

Antes, será a Festa de todo o Povo que quer expressar a defesa e a militância das opções autonomistas que trouxeram progresso à nossa terra.

**A todos o PSD convida. Com todos contamos.** - CRM/PSD-Madeira

Comentários ao Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2005

A Secretaria Regional do Plano e Finanças da Governo-Geral da Madeira, fez publicar o seguinte comunicado, que transcrevemos

Na sequência do Parecer do Tribunal de Contas, sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2005, relativamente à violação dos limites de endividamento por parte da Região e das notícias vindas a público sobre o mesmo, prestam-se os seguintes esclarecimentos:

1. Refere o Parecer do Tribunal de Contas, no seu ponto 33, que “O limite de endividamento fixado no n.º 1 do art.º 70 da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro [Orçamento do Estado para 2005], foi ultrapassado em 119,6 milhões de euros”. No entanto, o Tribunal de Contas, em parte alguma do documento demonstra e consubstancia esta conclusão, contrariamente ao que faz com as outras questões apontadas em relação ao ano em análise, o que é agravado pela conclusão contemplada no ponto 35 do mesmo Parecer que refere que “A Conta da RAM não contém informação suficiente para determinar o contributo da Administração Regional no apuramento do défice do SPA (Sector Público Administrativo) de acordo com o

SEC 95, para efeitos do cumprimento do art.º 104 do Tratado da União Europeia e dos Regulamentos Comunitários (CE) n.ºs. 1466/97 e 1467/97, ambos de 7 de Julho de 1997, relativos ao Pacto de Estabilidade e Crescimento”. Questiona-se: se não existem dados para apurar o défice, como é que se pode afirmar que o limite de endividamento foi ultrapassado em 119,6 milhões de euros?

2. O Governo Regional da Região Autónoma da Madeira reitera, fundamentadamente, a inexistência de violação do limite de endividamento líquido regional no ano económico de 2005, lamentando, e estranhando, que o Parecer do Tribunal de Contas não tenha, sequer, e no mínimo, se pronunciado sobre os esclarecimentos prestados pelo Governo Regional da Madeira sobre esta matéria em sede do contraditório, os quais demonstram, de forma inequívoca, a manutenção do nível de endividamento nulo, de acordo com as regras aplicáveis. Sobre estes esclarecimentos, o citado Parecer limita-se a fazer uma mera transcrição, não contrapondo em parte alguma do Parecer as alegações proferidas pela Região, e limitando-se a concluir o que a Administração Central já antes tinha concluído – também sem provar.

3. Este procedimento é, em si mesmo, indiciador de dualidade inadmissível de critérios, no que concerne ao apuramento da dívida das duas Regiões Autónomas, sujeitas legalmente ao mesmo regime de endividamento, dado que relativamente à Região Autónoma dos Açores foram identificados encargos sem cabimento orçamental, sem que tenham sido tecidas quaisquer considerações, em sede do Parecer do Tribunal de Contas à Conta daquela Região, sobre a

violação dos limites de endividamento. E não se pronunciou, porque efectivamente não se verificou violação dos limites de endividamento, como também não se verificou no caso da Região Autónoma da Madeira. A única nuance é que as situações foram tratadas de forma diferente pelas instâncias nacionais.

4. Por outro lado, acresce a desconformidade de critérios quanto ao apuramento da variação da dívida do Estado Português para efeitos do Procedimento dos Défices Excessivos em que determinada natureza de créditos não são, pura e simplesmente, tidos em consideração, como é o caso das despesas em causa incorridas pela Região.

Dadas as relevantes incongruências e discricionariedades apontadas, o Governo Regional da Madeira refuta por completo as conclusões constantes do Parecer do Tribunal de Contas no que concerne à alegada violação do limite de endividamento, mantendo a posição que inequivocamente e fundamentadamente possui sobre esta matéria, de que não se registou, objectivamente, violação do limite de endividamento.

Uma nota final: na edição de hoje (22-06-2007) do Diário de Notícias do Funchal, é referido que “o Tribunal de Contas e o PS-Madeira manifestaram-se discordantes em relação à (...) notícia publicada ontem [21/06/2007], que concluía que o parecer emitido pelo TC à conta da Região Autónoma da Madeira de 2005 não subscrevia a teoria da violação do endividamento, que vem sendo defendida pelo Ministério das Finanças”. Embora fique a dúvida sobre a forma como essa discordância foi manifestada, a mesma não deixa de nos causar alguma estranheza e apreensão. - **Gab. Imp. GRMadeira**





## ALMADA

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, do PSD, para reunir no próximo dia 4 de Julho de 2007, pelas 21h00, na Associação de Socorros Mútuos – 1º Dezembro, sita na Rua Capitão Leitão, nº 79, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação;
3. Outros assuntos de interesse partidário

## Núcleo de Santiago de Bougado

Ao abrigo dos Estatutos nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santiago de Bougado para reunir no próximo dia 4 de Julho de 2007, Quarta-feira, pelas 21,30h no Auditório da Junta de Freguesia de Santiago de Bougado, sita na Rua 16 de Maio, com a seguinte

### Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações.
- 2 – Discussão e aprovação do Relatório de Actividades da Comissão Política 2005/2007
- 3 – Análise da Situação Política.

## PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes de Penafiel, para uma reunir em Assembleia Ordinária, no dia 9 de Julho de 2007, pelas 21h00, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, sita à Rua Joaquim Araújo, Penafiel, com a seguinte

Ponto único: Análise da situação política

## Figueiró dos Vinhos

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Figueiró dos Vinhos para reunir no próximo dia 28 de Julho de 2007, pelas 15h30, na sua Sede em Figueiró dos Vinhos, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário

### Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 16h00 e as 18h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamento da JSD

A Presidente da Mesa do Plenário Carla Alexandre Jorge

## Núcleo de Paranhos

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo de Paranhos, para reunir no dia 27 de Julho de 2007, pelas 22.00h, na sede do Núcleo de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, na cidade do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo

### Notas:

As urnas estarão abertas das 22.00h às 23.00h

A entrega das listas será até às 24.00h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada acima referida

O Presidente da Mesa do Plenário Hugo Miguel Carneiro

## Valongo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho convocar o Plenário da Secção da JSD de

Valongo, para o dia 27 de Julho de 2007, pelas 21.00h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição para a Comissão Política de Secção
- 2- Eleição da Mesa do Plenário

### Notas:

A urna estará aberta entre as 21.00h e as 23.00h

O Presidente da Mesa do Plenário Luís Ramalho

## Pombal

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Pombal da Juventude Social Democrata para reunir, sexta-feira, dia 28 de Julho de 2007, pelas 15.00h, na sede da Secção de Pombal do PSD, sita na Rua Dr. Luís Torres, em Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da actividade da Comissão Política de Secção;
2. Análise da política de juventude promovida pela Câmara Municipal de Pombal;
3. Apresentação, discussão e votação de propostas da Comissão Política de Secção;
4. Outros assuntos

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

Pedro Pimpão dos Santos

## Núcleo Residencial da JSD Sobrado

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho convocar o Plenário do Núcleo Residencial da JSD Sobrado, para o dia 27 de Julho de 2007, pelas 21.00h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial

### Notas:

A urna estará aberta entre as 21.00h e as 23.00h

O Presidente da Mesa do Plenário Luís Ramalho

## Núcleo Residencial de Valongo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho convocar o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Valongo, para o dia 27 de Julho de 2007, pelas 21.00h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial

### Notas:

A urna estará aberta entre as 21.00h e as 23.00h

O Presidente da Mesa do Plenário Luís Ramalho

## Núcleo Residencial da JSD Alfena

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho convocar o Plenário de Núcleo Residencial da JSD Alfena, para o dia 27 de Julho de 2007, pelas 21.00h, na sede concelhia sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial

### Notas:

A urna estará aberta entre as 21.00h e as 23.00h

O Presidente da Mesa do Plenário Luís Ramalho

## Ermesinde

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, venho convocar o Plenário do núcleo de militantes da JSD de Ermesinde para o dia 11 de Julho de 2007 pelas 21.00h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 870 em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política;
- 3- Marcação do Acto Eleitoral

Caso na hora acima indicada não haja quórum, o plenário deverá começar às 21h30m

O Presidente da Mesa do Plenário Joaquim António Almeida